Gabarito comentado

Delegado de Polícia · código PCPR-DL-0606-DD65

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	**C**	**B**	**A**	**D**	**B**	**D**	**D**	**C**	**A**
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	**A**	**C**	**D**	**D**	**B**	**A**	**B**	**B**	**C**
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	**E**	**A**	**B**	**B**	**C**	**B**	**A**	**A**	**A**
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	**D**	**C**	**D**	**E**	**A**	**E**	**E**	**C**	**E**
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	**D**	**B**	**A**	**C**	**E**	**D**	**E**	**E**	**C**

Comentários por questão. A alternativa correta aparece destacada no enunciado reproduzido.

Direito Penal

Questão 01 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Crimes contra a administração pública

A Secretaria de Saúde do Município Alfa abriu pregão para a aquisição de equipamentos hospitalares. Às vésperas da sessão de lances, Henrique, sócio-administrador da sociedade empresária Delta, procurou Vítor, representante da sociedade empresária Ômega, única concorrente com capacidade técnica para disputar o objeto, e ofereceu-lhe R$ 50.000,00 para que a Ômega não apresentasse lances. Vítor aceitou a quantia e, no dia da sessão, a Ômega desistiu da disputa, o que permitiu à Delta sagrar-se vencedora com preço próximo ao valor máximo estimado. Nenhum servidor público teve ciência do ajuste.

Considerando os crimes em licitações e contratos administrativos previstos no Código Penal, é correto afirmar que

(A) Henrique praticou corrupção ativa e Vítor praticou corrupção passiva, pois ambos interferiram em procedimento conduzido por órgão público.

(B) Henrique praticou o crime de afastamento de licitante, e Vítor, ao desistir de licitar em razão da vantagem oferecida, incorre na mesma pena.

(C) apenas Henrique praticou crime, sendo atípica a conduta de Vítor, que se limitou a deixar de apresentar lances na sessão pública.

(D) Henrique e Vítor praticaram o crime de contratação direta ilegal, porque o ajuste eliminou a competição e equivaleu à dispensa da licitação.

(E) Henrique praticou afastamento de licitante, mas Vítor só responderia por crime se fosse o servidor público responsável pela condução do pregão.

Por que B está correta. O art. 337-K do CP pune quem afasta ou tenta afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo (reclusão de 3 a 5 anos e multa). O parágrafo único estende a mesma pena a quem se abstém ou desiste de licitar em razão da vantagem oferecida. Henrique ofereceu a vantagem; Vítor aceitou e a Ômega desistiu: ambos respondem pelo afastamento de licitante.

Fundamento: Art. 337-K, caput e parágrafo único, do Código Penal (incluído pela Lei nº 14.133/2021).

A Corrupção ativa e passiva exigem funcionário público no polo passivo da vantagem; aqui o ajuste foi entre particulares, sem ciência de servidor, e há tipo específico no Capítulo II-B.

C A conduta de quem desiste de licitar em troca da vantagem é expressamente típica pelo parágrafo único do art. 337-K.

D Contratação direta ilegal (art. 337-E) pressupõe admitir ou dar causa à contratação sem licitação fora das hipóteses legais; houve pregão regular, apenas com competidor afastado.

E O tipo do parágrafo único é comum: qualquer licitante que desiste em razão da vantagem responde, não se exigindo a condição de servidor.

Pulo do gato: No afastamento de licitante, pune-se quem oferece e também quem desiste por causa da vantagem: as duas pontas do acerto entre concorrentes.

Questão 02 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Causas de extinção da punibilidade

Em abril de 2013, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Leandro pela prática de falsidade ideológica em documento público (art. 299, caput, do Código Penal, punido com reclusão de 1 a 5 anos e multa). Recebida a denúncia no mesmo mês, Leandro não foi localizado nos endereços conhecidos e, citado por edital, não compareceu nem constituiu advogado. O juiz, então, suspendeu o processo e o curso do prazo prescricional e determinou a produção antecipada das provas consideradas urgentes. Em outubro de 2026, Leandro continua em local incerto, e o defensor nomeado para acompanhar a prova antecipada sustenta que a suspensão não pode durar indefinidamente.

Considerando o Código Penal, o Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que

(A) o prazo prescricional permanece suspenso por tempo indeterminado, enquanto durar a suspensão do processo, pois a lei processual não fixa limite para essa suspensão.

(B) a suspensão do prazo prescricional ficou limitada a oito anos, após os quais a prescrição voltou a correr, embora o processo permaneça suspenso enquanto o acusado não comparecer.

(C) a suspensão do prazo prescricional ficou limitada a doze anos, após os quais a prescrição voltou a correr, embora o processo permaneça suspenso enquanto o acusado não comparecer.

(D) a suspensão do prazo prescricional ficou limitada a doze anos, e, esgotado esse período, o processo retoma seu curso com o defensor nomeado, prosseguindo até a sentença.

(E) a punibilidade já está extinta, porque o prazo prescricional de doze anos, contado do recebimento da denúncia, esgotou-se em 2025, sem que a suspensão o afetasse.

Por que C está correta. Citado por edital, o acusado que não comparece nem constitui advogado tem o processo e a prescrição suspensos (art. 366 do CPP). Pela Súmula 415 do STJ e pelo Tema 438 do STF, a suspensão da prescrição dura no máximo o prazo prescricional regulado pela pena máxima em abstrato; depois disso a prescrição volta a correr, a despeito de o processo continuar suspenso. Com pena máxima de 5 anos, o prazo é de 12 anos (art. 109, III, do CP). A suspensão iniciada em 2013 esgotou-se em 2025; desde então a prescrição corre novamente, mas ainda não se completou.

Fundamento: Art. 366 do CPP; arts. 109, III, e 117, I, do CP; Súmula 415 do STJ; STF, Tema 438 da repercussão geral (RE 600.851).

A Ignora o limite fixado pela Súmula 415 do STJ e validado pelo STF no Tema 438: a suspensão da prescrição não pode ser indefinida.

B O limite é o prazo da pena máxima em abstrato; 8 anos corresponderiam a pena máxima de até 4 anos, e aqui a pena máxima é de 5 anos.

D Esgotado o limite, volta a correr só a prescrição; o processo continua suspenso, porque sem citação pessoal ou comparecimento não há julgamento à revelia nessa hipótese.

E A interrupção pelo recebimento da denúncia (art. 117, I) foi seguida da suspensão: o tempo suspenso não conta, e a prescrição só voltou a correr em 2025.

Pulo do gato: Art. 366: o processo pode ficar suspenso indefinidamente; a prescrição, só pelo tempo da pena máxima em abstrato.

Questão 03 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2025 · TJ-TO · Juiz Substituto · Tipicidade

Analise as hipóteses a seguir. (i) Mariana vai à festa de aniversário de uma amiga, ingere bebida alcoólica e, ao retornar para casa, na condução de seu veículo, abalroa a traseira do carro de Fernanda, que sofre ferimentos graves, mas sobrevive. (ii) João decide matar Mário, seu opositor político, e planeja provocar um

acidente de carro, aproveitando-se de que a vítima e seu motorista Fábio rotineiramente trafegam por uma estrada à beira de um penhasco. Certo dia, João executa o plano e o acidente provocado causa a morte de Mário e Fábio. (iii) Patrício decide matar Renata, sua ex-esposa, por conta de desavenças relativas à pensão alimentícia. Para assegurar o êxito da missão, acopla um kit rajadas a sua pistola. No dia escolhido para o crime, Patrício, em uma motocicleta, segue o veículo de Renata e vê quando Mara, colega de trabalho da vítima, entra no carro. Patrício emparelha com o carro, mira na cabeça de Renata e dispara. Mara também é atingida e ambas morrem. Consideradas as hipóteses acima, a respeito do dolo, é correto afirmar, à luz da doutrina e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que:

(A) há dolo indireto na hipótese (i) e nas mortes de Fábio e de Mara;

(B) na hipótese (i), a embriaguez não é suficiente para justificar a imputação de tentativa de homicídio com dolo eventual;

(C) na hipótese (i), não se admite o dolo eventual, haja vista a incompatibilidade entre este e a tentativa;

(D) há dolo direto nas mortes de Fábio e de Mara;

(E) há dolo de segundo grau na morte de Mara.

Por que B está correta. Na hipótese (i), nada indica que Mariana tenha anuído ao resultado: a jurisprudência do STJ afirma que a embriaguez do condutor, por si só, não basta para concluir pelo dolo eventual, sendo necessárias outras circunstâncias que revelem a assunção do risco. Sem isso, a imputação de tentativa de homicídio com dolo eventual não se sustenta.

A Em (i), não há base para dolo algum. A morte de Fábio é consequência necessária do meio escolhido por João: dolo direto de segundo grau, e não dolo indireto.

C O erro está no fundamento: doutrina e STJ admitem, em tese, a compatibilidade entre dolo eventual e tentativa; o problema em (i) é a falta de elementos do dolo, não essa incompatibilidade.

D Fábio morre por dolo direto de segundo grau, mas a morte de Mara não era consequência necessária do disparo contra Renata: há dolo eventual (assunção do risco com a rajada).

E Dolo de segundo grau há na morte de Fábio, efeito colateral certo do plano; em relação a Mara, a morte era possível e foi aceita, o que caracteriza dolo eventual.

Pulo do gato: Efeito colateral certo = dolo direto de 2º grau; efeito possível e aceito = dolo eventual; embriaguez sozinha não prova nenhum dos dois.

Questão 04 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Noções Fundamentais

Em reunião de trabalho, delegados de polícia debateram o alcance do princípio da insignificância à luz da jurisprudência dos tribunais superiores. Analise as afirmativas a seguir.

I. No crime de descaminho, incide o princípio da insignificância quando o débito tributário verificado não ultrapassar R$ 20.000,00, limite extraído da legislação tributária federal e de suas atualizações por portarias do Ministério da Fazenda.

II. A reincidência do agente impede, por si só, o reconhecimento da insignificância, independentemente das circunstâncias do caso concreto.

III. Admite-se a aplicação do princípio da insignificância à contravenção de vias de fato praticada contra a mulher no âmbito das relações domésticas, quando a agressão não deixa lesão aparente.

IV. O princípio da insignificância é aplicável ao contrabando de cigarros quando a quantidade apreendida não ultrapassar mil maços, ressalvada a hipótese de reiteração da conduta.

Está correto o que se afirma em

(A) I e IV, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I, II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Por que A está correta. I está certa: no Tema 157, o STJ fixou o patamar de R$ 20.000,00 para crimes tributários federais e descaminho, com base no art. 20 da Lei nº 10.522/2002 atualizado pelas Portarias MF nº 75 e 130/2012. IV está certa: no Tema 1.143, o STJ admitiu a insignificância no contrabando de cigarros até mil

maços, salvo reiteração. II e III estão erradas. Por isso, só I e IV.

Fundamento: STJ, Tema repetitivo 157 (descaminho: limite de R$ 20.000,00); STF, HC 123.108 (reincidência não impede, por si só, a insignificância); Súmula 589 do STJ; STJ, Tema repetitivo 1.143 (contrabando de cigarros até mil maços).

B Junta as duas afirmativas falsas: a reincidência não impede automaticamente a bagatela (STF, HC 123.108), e a Súmula 589 do STJ veda a insignificância em crimes e contravenções contra a mulher no âmbito doméstico.

C Inclui II, que transforma a reincidência em obstáculo absoluto; o STF exige análise do caso concreto.

D Inclui III, que contraria a Súmula 589 do STJ: a vedação alcança também as contravenções, como as vias de fato.

E Exclui I, que reproduz o Tema 157 do STJ, e inclui as duas afirmativas incorretas.

Pulo do gato: Violência doméstica contra a mulher: nunca há bagatela (Súmula 589); reincidência: depende do caso.

Questão 05 · Gabarito D

Questão real · FGV · 2023 · TJ-ES · Juiz Substituto · Crimes contra a administração pública

Filomena, camelô Irregular, é flagrada por dois agentes da fiscalização municipal, ocasião em que estes anunciam que irão lavrar um auto de infração e apreender sua mercadoria, levando-a ao depósito público, de onde poderá vir a ser retirada posteriormente, mediante pagamentos devidos, tudo conforme o previsto na legislação, Inconformada com o fato, Filomena passa a agredir fisicamente os fiscais, no intuito de impedir que levem sua mercadoria, porém eles reagem, usando força corporal nos limites necessários para conter Filomena. Como resultado, Filomena e os fiscais ficam levemente feridos, sendo a mercadoria devidamente apreendida. Diante do caso narrado, é correto afirmar que:

(A) Filomena praticou o delito de resistência, ao passo que os fiscais cometeram o delito de lesão corporal leve;

(B) Filomena praticou o delito de resistência, na modalidade tentada, ao passo que os fiscais não cometeram crime algum, pois agiram amparados em excludente de ilicitude;

(C) Filomena praticou o delito de resistência qualificada, ao passo que os fiscais não cometeram crime algum, pois agiram amparados em excludente de ilicitude;

(D) Filomena praticou os delitos de resistência e lesões corporais leves, ao passo que os fiscais não cometeram crime algum, pois agiram amparados em excludente de ilicitude;

(E) Filomena praticou os delitos de resistências, na modalidade tentada, e lesões corporais leves, ao passo que os fiscais cometeram os crimes de lesão corporal leve e abuso de autoridade.

Por que D está correta. Filomena se opôs à execução de ato legal (lavratura do auto e apreensão) mediante violência contra funcionários competentes: resistência (art. 329 do CP), crime formal que se consuma com a violência ou ameaça. O § 2º do art. 329 manda aplicar a pena da resistência sem prejuízo das correspondentes à violência, daí o concurso com as lesões leves. Os fiscais usaram a força necessária para conter a agressão e cumprir o ato: estrito cumprimento do dever legal (e legítima defesa), causa de exclusão da ilicitude.

A Os fiscais não cometeram lesão corporal punível: agiram nos limites do necessário, amparados por excludente de ilicitude.

B A resistência é formal e se consuma com a violência; além disso, a alternativa omite as lesões corporais, que se somam por força do art. 329, § 2º.

C A forma qualificada (art. 329, § 1º) exige que o ato não se execute em razão da resistência; a mercadoria foi apreendida.

E Não há tentativa, e os fiscais, agindo nos limites legais, não praticaram lesão nem abuso de autoridade.

Pulo do gato: Resistência com violência: o crime se consuma com a oposição e soma-se à lesão (art. 329, § 2º); só qualifica se o ato não se executa.

Questão 06 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Crimes contra o patrimônio

Por volta das 22h, Wagner e Edson abordaram Luciana no estacionamento de um supermercado e, mediante grave ameaça exercida com uma faca, subtraíram a bolsa da vítima, com carteira, relógio e documentos. Ao encontrarem cartões bancários na carteira, obrigaram Luciana a entrar no próprio carro e a dirigir até um

caixa eletrônico, onde, sob ameaça, ela foi forçada a digitar a senha e a sacar R$ 2.000,00, entregues aos agentes. Luciana foi mantida no veículo por cerca de uma hora e liberada em bairro afastado. Presos em flagrante horas depois, ambos foram conduzidos à delegacia.

Ao definir a tipificação para a lavratura do auto de prisão em flagrante, o delegado de polícia deve concluir, de acordo com o Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que houve

(A) roubo circunstanciado pela restrição da liberdade da vítima, em crime único, pois o saque no caixa eletrônico foi mero exaurimento da subtração inicial.

(B) roubo circunstanciado e extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, em concurso material, por serem crimes de espécies distintas.

(C) roubo circunstanciado e extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, em continuidade delitiva, por serem crimes da mesma espécie.

(D) roubo circunstanciado e extorsão mediante sequestro, em concurso material, pois a vítima foi privada da liberdade para a obtenção da vantagem.

(E) roubo circunstanciado e extorsão simples, em concurso material, pois a restrição da liberdade só qualifica a extorsão quando supera vinte e quatro horas.

Por que B está correta. A subtração da bolsa, com grave ameaça exercida por duas pessoas armadas de faca, é roubo circunstanciado (art. 157, § 2º, II e VII). Na segunda etapa, a vantagem dependia da colaboração da vítima (digitar a senha e sacar), obtida mediante restrição de sua liberdade: é a extorsão do art. 158, § 3º (o chamado sequestro-relâmpago). Para o STJ, roubo e extorsão, embora do mesmo gênero, são crimes de espécies diferentes; praticados em contextos sucessivos, somam-se em concurso material (art. 69).

Fundamento: Arts. 157, § 2º, II e VII, 158, § 3º, e 69 do Código Penal; Súmula 96 do STJ; STJ: roubo e extorsão são crimes de espécies diferentes, o que afasta a continuidade delitiva.

A Não há exaurimento: o saque exigiu nova conduta da vítima, coagida, com novo bem jurídico atingido; a hipótese é de extorsão autônoma, não de majorante do roubo.

C A conclusão sobre os dois crimes está certa, mas o fundamento falha: o STJ não admite continuidade entre roubo e extorsão, por não serem crimes da mesma espécie.

D Extorsão mediante sequestro (art. 159) exige o sequestro como meio para obter resgate ou condição de preço; aqui houve restrição temporária para forçar a vítima a colaborar, típica do art. 158, § 3º.

E O § 3º do art. 158 não exige duração mínima: basta que a restrição da liberdade seja necessária para obter a vantagem.

Pulo do gato: Se a vantagem depende de ato da vítima (senha, saque) sob restrição da liberdade, é art. 158, § 3º; com o roubo anterior, concurso material.

Questão 07 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Penas privativas de liberdade

Mateus foi condenado pelo crime de falsificação de documento particular (art. 298 do Código Penal). Na primeira fase da dosimetria, o juiz elevou a pena-base acima do mínimo por considerar desfavoráveis os antecedentes, uma vez que Mateus responde a dois inquéritos policiais e a uma ação penal ainda sem sentença. Na segunda fase, reconheceu a agravante da reincidência, decorrente de uma única condenação anterior, transitada em julgado, por crime de falsidade, e a atenuante da confissão espontânea, feita em juízo e utilizada na fundamentação da sentença; concluiu, porém, que a reincidência específica deveria preponderar e aumentou a pena intermediária.

Sobre a dosimetria realizada, à luz do Código Penal e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

(A) a pena-base foi corretamente elevada, pois procedimentos em curso revelam maus antecedentes, mas a confissão deveria ser integralmente compensada com a reincidência.

(B) a pena-base não poderia ter sido elevada pelos procedimentos em curso, e a reincidência específica, por ser preponderante, deveria prevalecer sobre a confissão.

(C) a pena-base não poderia ter sido elevada pelos procedimentos em curso, e a confissão compensaria apenas metade do aumento da reincidência, por ser esta preponderante.

(D) a pena-base não poderia ter sido elevada pelos procedimentos em curso, e a confissão deveria ser integralmente compensada com a reincidência, ainda que específica.

(E) a pena-base não poderia ter sido elevada pelos procedimentos em curso, e a confissão deveria levar a pena intermediária abaixo do mínimo legal, afastada a agravante.

Por que D está correta. Pela Súmula 444 do STJ, inquéritos policiais e ações penais em curso não podem agravar a pena-base. Na segunda fase, o STJ (Tema 585) admite a compensação integral da confissão espontânea com a reincidência, seja específica ou não; só na multirreincidência prepondera a agravante, com compensação proporcional. Mateus tem uma única condenação anterior: compensação integral.

Fundamento: Súmula 444 do STJ; arts. 61, I, 65, III, d, e 67 do CP; STJ, Tema repetitivo 585 (compensação integral entre confissão e reincidência, salvo multirreincidência); Súmula 231 do STJ.

A Começa certo quanto à compensação, mas erra na primeira fase: procedimentos sem trânsito em julgado não configuram maus antecedentes (Súmula 444 do STJ).

B Inverte a tese: a preponderância da reincidência só é admitida na multirreincidência; a reincidência específica, isolada, compensa-se integralmente.

C Não existe fração de compensação parcial para reincidência única; a compensação proporcional é reservada ao multirreincidente.

E Atenuante não conduz a pena abaixo do mínimo legal (Súmula 231 do STJ), e a agravante não é afastada, mas compensada.

Pulo do gato: Uma reincidência, ainda que específica, compensa-se por inteiro com a confissão; só o multirreincidente sofre preponderância.

Questão 08 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Crimes contra o patrimônio

Raimundo, primário e sem antecedentes, trabalhava havia doze anos como caseiro de uma chácara de Celso, que lhe confiava as chaves da casa principal e a guarda de todos os bens, em razão da relação de confiança especial construída ao longo dos anos. Certa madrugada, enquanto Celso e a família dormiam na casa, Raimundo ingressou no imóvel com as chaves de que dispunha e subtraiu uma furadeira avaliada em R$ 350,00, levando-a para a casa em que morava, nos fundos da propriedade. Câmeras instaladas no imóvel registraram a ação, e o bem foi localizado na manhã seguinte, antes que Raimundo dele dispusesse.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

(A) Há furto tentado, porque a vigilância por câmeras e a recuperação do bem antes de qualquer disposição impediram a posse mansa e pacífica.

(B) Há furto qualificado-privilegiado, pois o agente é primário e a coisa é de pequeno valor, o que basta ao privilégio em qualquer forma qualificada.

(C) Há furto consumado qualificado pelo abuso de confiança, com a majorante do repouso noturno, pois a subtração ocorreu durante o sono dos moradores.

(D) Há furto consumado qualificado pelo abuso de confiança, sem o privilégio, por ser subjetiva a qualificadora, e sem a majorante do repouso noturno.

(E) Há crime impossível, porque o monitoramento por câmeras tornava absolutamente ineficaz o meio empregado para a subtração.

Por que D está correta. A relação de confiança especial, da qual Raimundo se valeu para ter acesso ao bem, caracteriza a qualificadora do abuso de confiança (art. 155, § 4º, II). O furto consumou-se com a inversão da posse, ainda que breve, dispensada a posse mansa e pacífica (STJ, Tema 934). O privilégio só convive com qualificadora de ordem objetiva (Súmula 511 do STJ), e o abuso de confiança é subjetivo. A majorante do repouso noturno não incide sobre o furto qualificado (STJ, Tema 1.087).

Fundamento: Art. 155, §§ 1º, 2º e 4º, II, do CP; Súmulas 511 e 567 do STJ; STJ, Temas repetitivos 934 (consumação pela inversão da posse) e 1.087 (a majorante do repouso noturno não incide no furto qualificado).

A A recuperação posterior não desfaz a consumação: pela teoria da amotio, basta a inversão da posse, ainda que por pouco tempo.

B Primariedade e pequeno valor não bastam: a Súmula 511 exige que a qualificadora seja objetiva, o que não ocorre no abuso de confiança.

C Acerta a qualificadora, mas erra ao somar a majorante do repouso noturno, que o STJ afasta no furto qualificado (Tema 1.087).

E A Súmula 567 do STJ afirma que sistema de vigilância ou monitoramento eletrônico, por si só, não torna impossível a configuração do furto.

Pulo do gato: Furto qualificado: privilégio só com qualificadora objetiva, e repouso noturno nunca.

Questão 09 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Crimes contra a dignidade sexual

A delegada de polícia responsável pela unidade especializada em crimes contra crianças e adolescentes preparou orientação técnica sobre o estupro de vulnerável para sua equipe. Considerando o Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. O consentimento da vítima menor de 14 anos, sua eventual experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso com o agente não afastam a ocorrência do crime.

II. O crime exige contato físico entre agente e vítima, de modo que constranger vítima menor de 14 anos a despir-se para contemplação lasciva, sem toque, caracteriza apenas o crime de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

III. Tratando-se de vítima maior de 14 anos em situação de vulnerabilidade temporária, como embriaguez completa, que depois recupera o discernimento, a ação penal, para fatos praticados em 2026, é pública condicionada à representação.

IV. A prática de conjunção carnal e de outros atos libidinosos contra a mesma vítima, no mesmo contexto fático, configura crime único, por se tratar de tipo misto alternativo.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) I e IV, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

Por que C está correta. I reproduz a Súmula 593 do STJ e o § 5º do art. 217-A. IV está certa: desde a Lei nº 12.015/2009, conjunção carnal e outros atos libidinosos integram o mesmo tipo, misto alternativo; contra a mesma vítima e no mesmo contexto, há crime único (o número de atos influi na pena-base). II e III estão erradas. Logo, I e IV.

Fundamento: Art. 217-A, caput e § 5º, art. 218-A e art. 225 do CP; Súmulas 593 e 670 do STJ; STJ: contemplação lasciva configura estupro de vulnerável e o tipo é misto alternativo.

A Deixa de fora IV, que reflete o entendimento do STJ sobre o tipo misto alternativo.

B Inclui III: a Súmula 670 do STJ só aplica a ação condicionada da vulnerabilidade temporária a fatos praticados na vigência da redação dada ao art. 225 pela Lei nº 12.015/2009; desde a Lei nº 13.718/2018, a ação é pública incondicionada.

D Inclui II: para o STJ, a contemplação lasciva de vítima menor de 14 anos, constrangida a se despir, configura estupro de vulnerável, sem exigência de contato físico; o art. 218-A pune outra conduta (praticar ato libidinoso na presença da vítima).

E Soma a afirmativa II, incorreta, às duas corretas.

Pulo do gato: Estupro de vulnerável: consentimento irrelevante, toque dispensável e ação sempre incondicionada para fatos atuais.

Questão 10 · Gabarito A

Questão real · FGV · 2022 · MPE-GO · Promotor de Justiça Substituto · Crimes contra a administração pública

Ao exercer as atribuições de promotor de justiça durante a fase de investigação preliminar, determinado membro recebe um procedimento em que há apuração da conduta de ex-parlamentar estadual, não mais ocupante de cargo com foro por prerrogativa de função, em que se aponta o recebimento de propina para que, no exercício do seu mandato, influenciasse na votação de projetos e na fiscalização de atividades a cargo da Assembleia local. Ficou demonstrado que o investigado, em razão do valor recebido, efetivamente praticou os atos infringindo dever funcional, o que atrairia a incidência da causa de aumento de pena do Art. 317, §1º, do Código Penal. De igual forma, havia no relatório final da investigação a referência pela incidência

da causa de aumento de pena do Art. 327, §2º, do Código Penal, em razão da condição de parlamentar. De acordo com a orientação atual do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

(A) é incabível a causa de aumento do Art. 327, §2º, do Código Penal, pelo mero exercício do mandato parlamentar;

(B) são incabíveis as causas de aumento dos Art. 317, §1º, e 327, §2º, do Código Penal, pelo mero exercício do mandato parlamentar;

(C) as causas de aumento dos Art. 317, §1º, e 327, §2º, do Código Penal, são incompatíveis entre si, independentemente do exercício do mandato parlamentar;

(D) a causa de aumento do Art. 327, §2º, do Código Penal, dispensa uma imposição hierárquica ou de direção;

(E) o exercício do mandato parlamentar revela, por si só, a existência de imposição hierárquica ou de direção.

Por que A está correta. Na orientação atual do STF, a causa de aumento do art. 327, § 2º, do CP não incide pelo simples fato de o agente exercer mandato parlamentar; exige-se que ele ocupe função de direção, chefia ou assessoramento com efetiva imposição hierárquica ou de direção sobre a estrutura administrativa. O mero mandato não revela essa posição.

B A majorante do art. 317, § 1º, decorre da efetiva prática do ato com infração de dever funcional, o que ficou demonstrado; ela não depende do cargo de direção e é cabível.

C As duas majorantes têm fundamentos distintos (prática do ato com infração do dever × posição de direção) e não são incompatíveis entre si.

D É o contrário: o STF exige imposição hierárquica ou de direção para aplicar o art. 327, § 2º.

E O exercício do mandato, por si só, não demonstra imposição hierárquica ou de direção, segundo o STF.

Pulo do gato: Art. 327, § 2º: vale para quem manda na estrutura, não para quem só tem mandato.

Direito Processual Penal

Questão 11 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2026 · TRF - 2ª REGIÃO · Juiz Federal Substituto da 2ª Região · Das Provas

Paloma foi denunciada pela prática de lavagem de dinheiro. Nos autos, consta laudo de perícia contábil, elaborado por perito oficial, concluindo pela ocorrência de complexas fraudes envolvendo a transferência de recursos entre empresas sob a gestão da acusada. A defesa, por sua vez, contratou um especialista para analisar as operações financeiras. Em seu parecer, ele apresentou conclusão divergente: apontou o que considerou inconsistências técnicas no laudo oficial e afirmou inexistirem elementos que evidenciassem irregularidades na movimentação de recursos. O perito oficial apresentou manifestação complementar, reafirmando a correção de sua análise pericial, e destacou sua imparcialidade e credenciais acadêmicas e profissionais. Diante do cenário descrito, e considerando as regras processuais sobre a valoração da prova pericial pelo juiz, assinale a afirmativa correta.

(A) Por conta das conclusões divergentes, o juiz deve reconhecer a existência de dúvida razoável e absolver a ré.

(B) A manifestação do especialista contratado pela defesa, quando carente de prévia admissão como assistente técnico, possui mero caráter opinativo, não sendo apta a infirmar o laudo oficial.

(C) A imparcialidade do perito oficial confere preponderância ao laudo por ele elaborado em relação às manifestações apresentadas por profissionais contratados pela parte, que possuem natureza de mera prova documental.

(D) Deve prevalecer a conclusão do expert que detenha maior qualificação técnico-científica na área, considerando a superioridade de suas credenciais acadêmicas e profissionais.

(E) Não existe preponderância a priori entre o laudo oficial e a análise elaborada pelo especialista contratado pela parte. O juiz deve apreciar os dois, levando em consideração o método empregado, conforme o artigo 479 do Código de Processo Civil.

Por que E está correta. O CPP adota o livre convencimento motivado: o juiz não fica adstrito ao laudo e pode aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte (art. 182). Não há hierarquia prévia entre o laudo oficial e o trabalho técnico apresentado pela parte; o juiz deve apreciar ambos, indicando as razões do convencimento e

considerando o método empregado, como prevê o art. 479 do CPC, aplicável subsidiariamente (art. 3º do CPP).

A A divergência técnica não gera, automaticamente, dúvida razoável: o juiz deve valorar as provas e decidir motivadamente.

B O parecer técnico juntado pela defesa é elemento de prova a ser valorado; a falta de admissão formal como assistente técnico não o torna irrelevante.

C A imparcialidade do perito oficial não cria preponderância automática do laudo, e o parecer da parte não se reduz a mera prova documental sem valor técnico.

D Credenciais não decidem a controvérsia; o que importa é a consistência do método e da fundamentação de cada trabalho.

Pulo do gato: Juiz não é refém do laudo: compara métodos e fundamenta (art. 182 do CPP).

Questão 12 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Das Provas

No inquérito policial que apura o homicídio de Jaime, o delegado de polícia intimou duas pessoas para depor. A primeira, Renata, irmã do investigado Otávio, foi a única pessoa que presenciou o crime, e não há outro meio de esclarecer a dinâmica dos fatos; ao comparecer, declarou que não deseja depor contra o irmão. A segunda, Beatriz, psicóloga que atendia Otávio, ouviu dele, em sessão, relato detalhado do crime; Otávio, por meio de seu advogado, autorizou expressamente a revelação do conteúdo das sessões, mas Beatriz afirmou que prefere não prestar depoimento.

Considerando as regras do Código de Processo Penal sobre a prova testemunhal, assinale a afirmativa correta.

(A) Renata deve depor, sem prestar compromisso, pois não há outro modo de obter a prova; Beatriz não pode ser obrigada a depor, ainda que desobrigada pelo paciente.

(B) Renata pode recusar-se a depor, por ser irmã do investigado; Beatriz, desobrigada pelo paciente, passa a ter o dever de depor como qualquer testemunha.

(C) Renata deve depor, sem prestar compromisso; Beatriz está proibida de depor, sendo irrelevante a autorização do paciente, porque o sigilo profissional é absoluto.

(D) Renata pode recusar-se a depor, por ser irmã do investigado; Beatriz só poderá depor se houver autorização judicial que a libere do sigilo profissional.

(E) Renata deve depor e prestar compromisso de dizer a verdade, pois não há outro modo de obter a prova; Beatriz não pode ser obrigada a depor, ainda que desobrigada pelo paciente.

Por que A está correta. O irmão do acusado pode recusar-se a depor (art. 206), salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato; é o caso de Renata, única testemunha presencial. Mesmo obrigada, ela não presta compromisso (art. 208, que remete às pessoas do art. 206). Beatriz, por dever de sigilo profissional, é proibida de depor, salvo se, desobrigada pela parte interessada, quiser dar o seu testemunho (art. 207): a liberação pelo paciente apenas permite o depoimento, não o impõe.

Fundamento: Arts. 206, 207 e 208 do CPP.

B Inverte as duas regras: a recusa do parente cede quando não há outro meio de prova, e a desobrigação do sigilo não cria dever de depor.

C A proibição do art. 207 não é absoluta: cede quando a parte interessada desobriga o profissional e ele quer depor.

D Quem desobriga o profissional é a parte interessada no sigilo, não o juiz; e Renata não pode recusar-se no caso concreto.

E Acerta o dever de depor de Renata e a situação de Beatriz, mas erra no compromisso: o art. 208 não o defere às pessoas do art. 206.

Pulo do gato: Parente: pode recusar, salvo prova impossível por outro meio, e nunca presta compromisso. Sigilo profissional: só depõe se desobrigado e se quiser.

Questão 13 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Da Prisão e da Liberdade Provisória

Sobre a prisão preventiva, considerando o Código de Processo Penal, com as alterações das Leis nº 13.964/2019 e nº 15.272/2025, e a jurisprudência dos tribunais superiores, analise as afirmativas a seguir.

I. Recebido o auto de prisão em flagrante, o juiz pode converter a prisão em preventiva de ofício se, na audiência de custódia, o Ministério Público não estiver presente, desde que fundamente a necessidade da medida.

II. A inobservância do prazo de 90 dias para a revisão da necessidade da preventiva não implica a revogação automática da prisão, devendo o juízo competente ser instado a reavaliar a legalidade e a atualidade de seus fundamentos.

III. Tratando-se de crime hediondo, admite-se a decretação da preventiva com base na gravidade abstrata do delito, dispensada a demonstração de perigo concreto gerado pelo estado de liberdade do imputado.

IV. A contemporaneidade exigida para a preventiva refere-se aos motivos que a justificam, e não necessariamente à data do fato, de modo que fatos antigos não impedem a medida se o perigo gerado pela liberdade permanece atual.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Por que C está correta. II está certa: nas ADIs 6.581 e 6.582, o STF assentou que a falta de revisão no prazo de 90 dias (art. 316, parágrafo único) não gera revogação automática; o juízo deve ser instado a reavaliar a prisão. IV está certa: a contemporaneidade do art. 312, § 2º, diz respeito aos motivos que ensejam a prisão, não ao momento do crime. I e III estão erradas. Logo, II e IV.

Fundamento: Arts. 311, 312, §§ 2º e 4º (§ 4º incluído pela Lei nº 15.272/2025, conferida em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15272.htm), e 316, parágrafo único, do CPP; Súmula 676 do STJ; STF, ADIs 6.581 e 6.582.

A Reúne as duas falsas: a Súmula 676 do STJ veda ao juiz decretar ou converter de ofício o flagrante em preventiva, e o art. 312, § 4º, incluído pela Lei nº 15.272/2025, proíbe a preventiva baseada em gravidade abstrata.

B Inclui III: mesmo em crime hediondo, a preventiva exige perigo concreto e motivação específica; a gravidade abstrata é vedada expressamente.

D Inclui I: a ausência do MP não autoriza a atuação de ofício; após a Lei nº 13.964/2019, a conversão depende de requerimento do MP ou representação da autoridade policial.

E Inclui III, contrariando o art. 312, § 4º, do CPP.

Pulo do gato: Preventiva: nunca de ofício, nunca pela gravidade abstrata; revisão a cada 90 dias, mas sem soltura automática.

Questão 14 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Inquérito Policial

Na mesma manhã, o delegado de polícia titular de uma delegacia recebeu duas notícias. A primeira, transmitida por ligação anônima ao telefone da unidade, informava que um imóvel em determinado bairro estaria sendo usado como depósito de armas de fogo de uso restrito, sem indicar nomes nem outros elementos. A segunda foi apresentada pessoalmente por Fernando, que relatou ter sido difamado por um vizinho em grupo de mensagens do condomínio, mas declarou que, por ora, desejava apenas registrar a ocorrência e não pretendia ver o vizinho processado.

Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, quanto às providências cabíveis, o delegado

(A) pode instaurar inquérito de imediato com base na notícia anônima, por se tratar de crime de ação pública, e deve instaurar inquérito sobre a difamação, de ofício.

(B) deve fazer diligências preliminares para verificar a notícia anônima antes de instaurar inquérito, e pode instaurar inquérito sobre a difamação, de ofício.

(C) deve arquivar a notícia anônima, pois o anonimato impede qualquer apuração, e não pode instaurar inquérito sobre a difamação sem requerimento de Fernando.

(D) deve fazer diligências preliminares para verificar a notícia anônima antes de instaurar inquérito, e não pode instaurar inquérito sobre a difamação sem requerimento de Fernando.

(E) deve remeter a notícia anônima ao Ministério Público, a quem cabe autorizar diligências, e só pode instaurar inquérito sobre a difamação com representação judicial.

Por que D está correta. Para o STF, a notícia anônima, isoladamente, não basta para instaurar inquérito, mas autoriza diligências preliminares, discretas, para verificar a verossimilhança da informação; confirmados indícios, instaura-se o procedimento. A difamação entre particulares é crime de ação penal privada (art. 145 do CP), e, nesses crimes, a autoridade policial só pode instaurar inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentar a queixa (art. 5º, § 5º, do CPP).

Fundamento: Art. 5º, §§ 3º e 5º, do CPP; art. 145 do CP; STF, Inq 1.957 (a notícia anônima não autoriza, por si só, a instauração do inquérito, mas permite diligências preliminares para verificar a procedência da informação).

A Erra nas duas pontas: a notícia anônima exige verificação prévia, e a ação privada impede a instauração de ofício.

B Acerta a notícia anônima, mas erra na difamação: na ação privada o inquérito depende de requerimento do ofendido.

C O anonimato não impede a apuração; impede apenas a instauração imediata do inquérito com base exclusiva na notícia anônima.

E Não há necessidade de autorização do MP para diligências preliminares, e na ação privada o que se exige é requerimento do ofendido à autoridade policial, não representação judicial.

Pulo do gato: Notícia anônima: primeiro verifica, depois instaura. Ação privada: sem requerimento do ofendido, sem inquérito.

Questão 15 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Ação Penal

Acerca da denúncia, da queixa e dos prazos para o exercício da ação penal, de acordo com o Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. A queixa pode ser oferecida por procurador com poderes especiais, devendo constar do instrumento de mandato a menção do fato criminoso, ressalvada a hipótese em que esse esclarecimento dependa de diligências a serem previamente requeridas no juízo criminal.

II. Na ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público pode aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo e, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

III. Quando o Ministério Público dispensar o inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data em que tiver recebido as peças de informação ou a representação.

IV. Na ação penal privada subsidiária da pública, o prazo decadencial de seis meses conta-se do dia em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Por que D está correta. I reproduz o art. 44 do CPP (poderes especiais e menção do fato criminoso, com a ressalva das diligências prévias). II reproduz os poderes do MP na ação privada subsidiária (art. 29). III reproduz o art. 46, § 1º. IV está errada: na subsidiária, o prazo de seis meses conta-se do dia em que se esgota o prazo para o oferecimento da denúncia (art. 38, parte final). Logo, I, II e III.

Fundamento: Arts. 29, 38, 44 e 46, § 1º, do CPP.

A Omite II, que traduz fielmente o art. 29 do CPP.

B Inclui IV e exclui I e III: o marco do conhecimento da autoria vale para a ação privada exclusiva, não para a subsidiária.

C Exclui I e II, ambas corretas, e inclui IV, que troca o termo inicial do prazo decadencial na subsidiária.

E IV está errada pelo art. 38, que fixa termo inicial próprio para a ação privada subsidiária.

Pulo do gato: Decadência na subsidiária: seis meses a partir do fim do prazo do MP, não da ciência da autoria.

Questão 16 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Recursos Criminais

A respeito dos princípios que regem os recursos no processo penal, considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.

II. Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

III. Anulada a sentença condenatória em recurso exclusivo da defesa, o juiz que proferir a nova sentença poderá fixar pena mais grave que a anterior, desde que o faça com fundamentação idônea, pois a decisão anulada não produz efeitos.

IV. É nula a decisão do tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) I, II e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Por que B está correta. I reproduz o art. 576 do CPP (indisponibilidade do recurso pelo MP). II reproduz o art. 579 (fungibilidade, salvo má-fé). IV reproduz a Súmula 160 do STF. III está errada: o STF veda a reformatio in pejus indireta; anulada a sentença em recurso exclusivo da defesa, a nova decisão não pode agravar a situação do réu, pois a pena anterior funciona como teto. Logo, I, II e IV.

Fundamento: Arts. 576, 579 e 617 do CPP; Súmula 160 do STF; vedação da reformatio in pejus indireta (STF).

A Inclui III, que admite a reformatio in pejus indireta, vedada pelo STF, e exclui II e IV.

C Exclui I e IV, corretas, e inclui III.

D Exclui I, que reproduz o art. 576, e inclui III.

E III está errada: a anulação provocada só pela defesa não pode resultar em situação pior para o réu.

Pulo do gato: Recurso só da defesa: nem o tribunal (art. 617) nem o novo juiz, após anulação, podem piorar a situação do réu.

Questão 17 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Da Prisão e da Liberdade Provisória

Em curso de atualização para delegados de polícia recém-empossados, foram discutidas as modalidades de flagrante e a lavratura do auto de prisão. Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois da infração, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor.

II. A ausência de testemunhas da infração impede a lavratura do auto de prisão em flagrante, ainda que, com o condutor, assinem o auto duas pessoas que presenciaram a apresentação do preso à autoridade.

III. Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

IV. É inválido o flagrante esperado, em que a polícia, informada previamente da prática do crime, apenas aguarda o início da execução para efetuar a prisão, por incidir a Súmula 145 do STF.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Por que A está correta. I reproduz o flagrante presumido (art. 302, IV). III reproduz o art. 303. II está errada: a falta de testemunhas da infração não impede o auto, desde que, com o condutor, assinem pelo menos duas pessoas que tenham testemunhado a apresentação do preso (art. 304, § 2º). IV está errada: a Súmula 145 do STF alcança o flagrante preparado, em que há induzimento; no flagrante esperado não há provocação, e a prisão é válida. Logo, I e III.

Fundamento: Arts. 302, IV, 303 e 304, § 2º, do CPP; Súmula 145 do STF (flagrante preparado × flagrante esperado).

B Inclui IV, que confunde flagrante esperado com flagrante preparado, este sim alcançado pela Súmula 145.

C Inclui II, que inverte o art. 304, § 2º, e exclui I.

D Acerta I e III, mas estende a Súmula 145 ao flagrante esperado.

E Inclui II e IV, ambas incorretas, e exclui I.

Pulo do gato: Flagrante preparado (induzido) é crime impossível; flagrante esperado (só aguardado) é válido.

Questão 18 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2024 · PC-SC · Delegado · Ação Penal

Concluídas as investigações e relatado o Inquérito policial pela delegada de polícia, sem especificar as condutas dos envolvidos, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Armando, Baeta, Gal e mais cinco pessoas, imputando-lhes a prática dos crimes de falsidade ideológica e de corrupção ativa, tipificados no art. 299 e no art. 333, respectivamente, ambos do Código Penal. A peça acusatória não descreveu quais teriam sido os atos concretos praticados ou omitidos pelos réus, nem a vinculação da conduta individual de cada agente aos eventos delituosos. Segundo constou na denúncia, os acusados, pelo fato de serem sócios majoritários, atuaram em concurso de pessoas. O órgão do Parquet, por essa razão, limitou-se a empregar os verbos (núcleos do tipo penal) sempre na terceira pessoa do plural. A partir da situação-problema, nos termos do Código de Processo Penal e da Jurisprudência dos Tribunais superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. ( ) A denúncia deve expor os fatos de modo a permitir a compreensão da imputação e, em consequência, o exercício da ampla defesa, com a indicação da qualificação das pessoas envolvidas, datas e locais dos fatos, bem como a forma de execução dos crimes; no caso de concurso de agentes, a mera invocação da condição de sócios majoritários, sem a correspondente e objetiva descrição típica do fato pode gerar um peça acusatória inepta. ( ) Denomina-se decisão interlocutória simples o provimento jurisdicional que recebe a denúncia ou queixa. ( ) No caso de o juiz rejeitar uma denúncia inepta, a decisão fará coisa julgada formal. ( ) Ampla jurisprudência dos tribunais superiores tem aceitado casos de denúncia que versem sobre delito societário ou de gabinete, não havendo o que se falar em inépcia quando a acusação descreve minimamente o fato tido como criminoso, atribuído a diversas pessoas, ligadas por circunstâncias comuns, de forma a individualizar o quanto possível, as condutas imputadas. As afirmativas são, respectivamente,

(A) F, V, V, V.

(B) V, V, V, V.

(C) F, V, F, V.

(D) V, F, F, F.

(E) V, F, F, V.

Por que B está correta. Todas as afirmativas são verdadeiras. 1ª: a denúncia deve descrever o fato com todas as circunstâncias (art. 41 do CPP); invocar só a condição de sócio, sem descrever a conduta, pode torná-la inepta. 2ª: o recebimento da denúncia é tratado como decisão interlocutória simples, irrecorrível (impugnável por habeas corpus). 3ª: a rejeição por inépcia faz coisa julgada apenas formal, permitindo nova denúncia corrigida. 4ª: nos crimes societários, os tribunais superiores admitem descrição menos minuciosa, desde que haja vínculo mínimo entre o acusado e o fato, permitindo a defesa. Sequência V, V, V, V.

A A 1ª afirmativa é verdadeira: a mera condição de sócio, sem descrição objetiva da conduta, pode levar à inépcia.

C A 1ª e a 3ª são verdadeiras: a inépcia não impede nova denúncia, porque a rejeição só gera coisa julgada formal.

D A 2ª, a 3ª e a 4ª também são verdadeiras.

E A 2ª e a 3ª são verdadeiras: o recebimento é interlocutória simples, e a rejeição por inépcia faz coisa julgada formal.

Pulo do gato: Denúncia genérica em crime societário é tolerada se houver vínculo mínimo; sem descrição de conduta, é inepta, mas pode ser renovada.

Questão 19 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2025 · TJ-SE · Juiz Substituto · Recursos Criminais

João e José foram condenados a 12 anos de reclusão cada um, em razão da prática do crime de roubo agravado pelo concurso de agentes e pelo emprego de arma de fogo. João interpôs recurso de apelação requerendo que fosse diminuída a sua pena em razão do reconhecimento da circunstância atenuante da sua menoridade relativa, por possuir 20 anos à data do crime, bem como do não reconhecimento de sua reincidência, por ser primário e portador de bons antecedentes. José, por sua vez, recorreu visando à anulação da sentença em razão de se basear em provas ilícitas. Diante desse cenário, é correto afirmar que o recurso de apelação interposto por:

(A) João poderá aproveitar a José, se for reconhecida a circunstância da menoridade relativa;

(B) José poderá aproveitar a João, apesar de este não ter impugnado em seu recurso a ilicitude probatória;

(C) José não poderá aproveitar a João, e o recurso interposto por este não poderá aproveitar a José;

(D) João poderá aproveitar a José se for reconhecida pelo Tribunal a inexistência da reincidência;

(E) José não poderá aproveitar a João, mas o recurso interposto por este poderá aproveitar a José.

Por que B está correta. Pelo art. 580 do CPP, no concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus aproveita aos outros quando fundada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal. A ilicitude da prova é motivo objetivo, ligado ao processo, e por isso o recurso de José pode beneficiar João, mesmo que este não a tenha alegado.

A A menoridade relativa é circunstância exclusivamente pessoal de João; não se estende a José.

C O recurso de José, fundado em motivo objetivo, pode aproveitar a João.

D A primariedade e a ausência de reincidência são condições pessoais de João, que não se comunicam ao corréu.

E É o contrário: o motivo de José (prova ilícita) se estende; os de João (menoridade e reincidência) são pessoais.

Pulo do gato: Efeito extensivo (art. 580): estende-se o motivo objetivo, nunca o pessoal.

Questão 20 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2026 · TJ-PR · Juiz Substituto · Das Provas

Em uma investigação sobre crimes contra a honra praticados pela internet, a autoridade policial cumpriu mandado de busca e apreensão e apreendeu um notebook na residência do investigado. O perito criminal, ao invés de espelhar o disco rígido (HD) do aparelho para análise, limitou-se a ligar o computador e a fotografar as telas que continham as supostas conversas ofensivas, juntando as fotografias ao laudo pericial. Sobre a validade da prova produzida, considerando a disciplina da cadeia de custódia no Código de Processo Penal e o entendimento jurisprudencial dominante no Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

(A) A prova é válida, pois as normas sobre cadeia de custódia, previstas no Código de Processo Penal, são direcionadas exclusivamente a vestígios físicos, não se aplicando à prova digital, cuja natureza volátil justifica um tratamento processual diferenciado e menos rigoroso.

(B) A prova é irregular, mas não ilícita, sendo passível de convalidação em juízo caso a defesa não impugne o laudo pericial no momento oportuno, o que acarreta a preclusão, tornando a evidência plenamente utilizável no processo.

(C) A quebra da cadeia de custódia da prova digital torna a evidência inadmissível, pois compromete sua integridade e sua autenticidade, não sendo possível assegurar que o material analisado é o mesmo do que foi coletado.

(D) A falta de espelhamento do disco rígido (HD) é uma simples irregularidade, que pode ser suprida pela oitiva do perito em juízo, cujo depoimento, dotado de fé pública, é suficiente para confirmar a autenticidade das imagens e a correspondência com o material originalmente apreendido.

(E) A prova é ilícita, mas a nulidade é relativa, exigindo que a defesa demonstre o prejuízo concreto sofrido pelo acusado, como a prova de que as imagens foram adulteradas.

Por que C está correta. Os arts. 158-A a 158-F do CPP disciplinam a cadeia de custódia e se aplicam também aos vestígios digitais. O STJ entende que a prova digital extraída sem metodologia que assegure integridade e autenticidade (por exemplo, sem espelhamento e sem cálculo de hash, limitando-se a fotografar telas) é inadmissível, porque não permite verificar se o material analisado corresponde ao coletado.

A A cadeia de custódia alcança os vestígios digitais; justamente pela volatilidade, eles exigem mais cuidado técnico, não menos.

B A falta de impugnação não convalida prova cuja integridade não pode ser aferida; o vício compromete a confiabilidade do elemento.

D O depoimento do perito não supre a ausência de procedimento técnico que garanta a integridade dos dados.

E Para o STJ, nesse cenário, a prova é inadmissível porque não se pode aferir sua integridade; não se exige da defesa a prova da adulteração.

Pulo do gato: Prova digital sem espelhamento e hash não tem como provar que é a mesma: cai a cadeia de custódia.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 21 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006

Na madrugada de um sábado, Marta compareceu à única delegacia do Município de Serra Azul, que não é sede de comarca, e relatou que seu companheiro, Rui, com quem divide a casa em que vivem, passou a destruir seus pertences e a ameaçá-la de morte, e que teme voltar para o imóvel com os dois filhos do casal. A delegada de plantão, Simone, constatou risco atual à integridade física e psicológica de Marta e dos filhos. O juízo da comarca a que pertence o município fica em outra cidade, a 80 km de distância.

Considerando a Lei nº 11.340/2006, com as alterações mais recentes, a delegada

(A) deve apenas remeter ao juiz, em 48 horas, o pedido de medida protetiva, pois o afastamento do lar é medida de competência exclusiva da autoridade judicial.

(B) pode determinar o imediato afastamento de Rui do lar, comunicando o juiz em até 48 horas, que decidirá em até cinco dias sobre a manutenção da medida.

(C) pode determinar o imediato afastamento de Rui do lar, comunicando o juiz em até 24 horas, que decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida.

(D) só pode determinar o afastamento de Rui do lar se o risco for à vida ou à integridade física, não bastando o risco à integridade psicológica ou patrimonial.

(E) pode decretar a prisão preventiva de Rui, que substitui o afastamento do lar nos municípios que não são sede de comarca, comunicando o juiz em 24 horas.

Por que C está correta. Verificado risco atual ou iminente à vida ou à integridade física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial da mulher ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar pela autoridade judicial; pelo delegado de polícia, quando o município não for sede de comarca; ou pelo policial, quando, além disso, não houver delegado disponível (art. 12-C, com a redação da Lei nº 15.411/2026). Nas hipóteses do delegado e do policial, o juiz é comunicado em no máximo 24 horas e decide, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação, com ciência ao MP (§ 1º).

Fundamento: Art. 12-C, caput, II, e § 1º, da Lei nº 11.340/2006 (redação da Lei nº 15.411/2026). Texto conferido em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.

A O art. 12-C, II, autoriza o próprio delegado a afastar o agressor quando o município não é sede de comarca; o prazo de 48 horas é o de remessa do expediente das demais medidas (art. 12, III).

B Os prazos estão trocados: comunicação em até 24 horas e decisão judicial em igual prazo.

D A redação vigente abrange o risco à integridade física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial; a restrição à vida e à integridade física é de redação já superada.

E O delegado não decreta prisão preventiva; ele pode representar por ela (art. 20). O afastamento do lar é medida distinta, que a lei lhe permite aplicar diretamente.

Pulo do gato: Art. 12-C: juiz; delegado se o município não é sede de comarca; policial se também não há delegado. Comunicação e decisão em 24 horas.

Questão 22 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210 de 1984

Ronaldo, servidor público estadual, foi condenado a 1 ano e 6 meses de detenção por crime praticado com violação dos deveres do cargo, pena substituída por duas restritivas de direitos: proibição do exercício do cargo público pelo mesmo prazo e limitação de fim de semana. Transitada em julgado a condenação, o juízo da execução expediu ofício ao órgão de lotação. Três meses depois, o chefe imediato informou que Ronaldo, ciente da decisão, continuava comparecendo à repartição e despachando processos; um colega diretamente prejudicado também noticiou o fato ao juízo. Ronaldo, por sua vez, tem cumprido regularmente a limitação de fim de semana.

Considerando a Lei de Execução Penal e o Código Penal, é correto afirmar que

(A) a interdição só começa a ser executada a partir do primeiro comparecimento do condenado ao juízo, e o exercício do cargo autoriza apenas advertência formal.

(B) a comunicação do descumprimento é atribuição exclusiva da autoridade administrativa, sendo ineficaz a notícia apresentada pelo colega prejudicado.

(C) o exercício injustificado do direito interditado autoriza a conversão das duas restritivas em privativa de liberdade, sem dedução do tempo já cumprido.

(D) a autoridade deveria ter baixado ato em 48 horas do recebimento do ofício, e o exercício do cargo configura apenas crime autônomo, sem reflexo sobre a pena.

(E) a autoridade deveria ter baixado ato em 24 horas do recebimento do ofício, e o exercício injustificado do direito interditado autoriza a conversão dessa pena em privativa de liberdade.

Por que E está correta. Na interdição do art. 47, I, do CP (proibição do exercício de cargo público), a autoridade deve, em 24 horas contadas do recebimento do ofício, baixar ato a partir do qual a execução se inicia (art. 154, § 1º, da LEP). A interdição temporária é convertida em privativa de liberdade quando o condenado exerce, injustificadamente, o direito interditado (art. 181, § 3º), deduzido o tempo cumprido e respeitado o saldo mínimo de 30 dias (art. 44, § 4º, do CP).

Fundamento: Arts. 154, § 1º, 155 e 181, § 3º, da Lei nº 7.210/1984; arts. 44, § 4º, 47, I, e 56 do Código Penal.

A O início no primeiro comparecimento é regra da prestação de serviços e da limitação de fim de semana; na interdição de cargo, o início se dá pelo ato da autoridade. E o exercício do direito interditado gera conversão, não simples advertência.

B O art. 155, parágrafo único, da LEP permite que a comunicação do descumprimento seja feita por qualquer prejudicado.

C A conversão alcança a pena descumprida, não a limitação de fim de semana que vem sendo cumprida, e o tempo cumprido é deduzido (art. 44, § 4º, do CP).

D O prazo é de 24 horas; além disso, eventual responsabilização por desobediência à decisão judicial (art. 359 do CP) não impede a conversão prevista no art. 181, § 3º, da LEP.

Pulo do gato: Interdição de cargo: ato da autoridade em 24 horas; exerceu o direito interditado, converte.

Questão 23 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850 de 2013

Em inquérito que apura organização criminosa dedicada a fraudes bancárias, o delegado de polícia requisitou diretamente a uma operadora de telefonia, sem prévia autorização judicial, (i) os dados cadastrais de qualificação pessoal, filiação e endereço vinculados a três linhas utilizadas pelos investigados e (ii) o conteúdo das mensagens de texto trocadas por essas linhas nos últimos seis meses. O gerente jurídico da operadora

recusou-se a fornecer qualquer informação, sob o argumento de que todos os dados estariam protegidos por sigilo e só poderiam ser entregues mediante ordem judicial.

Considerando a Lei nº 12.850/2013, é correto afirmar que

(A) o delegado pode obter os dados cadastrais sem autorização judicial, e a recusa injustificada configura crime previsto na própria lei, mas o conteúdo das mensagens exige ordem judicial.

(B) o delegado pode obter os dados cadastrais sem autorização judicial, mas a recusa da operadora configura mera infração administrativa, sujeita a sanção da agência reguladora.

(C) o acesso aos dados cadastrais depende de requisição do Ministério Público, e o conteúdo das mensagens pode ser requisitado pelo delegado com comunicação posterior ao juiz.

(D) o acesso aos dados cadastrais e ao conteúdo das mensagens depende de ordem judicial, de modo que a recusa do gerente foi legítima nos dois casos.

(E) o delegado pode obter, sem autorização judicial, tanto os dados cadastrais quanto o conteúdo das mensagens, por se tratar de investigação de organização criminosa.

Por que A está correta. O art. 15 da Lei nº 12.850/2013 garante ao delegado e ao MP acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais que informem qualificação pessoal, filiação e endereço, mantidos por empresas telefônicas, entre outras. Recusar ou omitir dados cadastrais, registros, documentos e informações requisitadas pelo juiz, pelo MP ou pelo delegado é crime (art. 21: reclusão de 6 meses a 2 anos e multa). Já o conteúdo das comunicações está sob reserva de jurisdição (art. 5º, XII, da CF).

Fundamento: Arts. 15 e 21 da Lei nº 12.850/2013 (texto conferido em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm); art. 5º, XII, da CF.

B A recusa não é mera infração administrativa: o art. 21 da lei a tipifica como crime.

C O delegado tem acesso direto aos dados cadastrais (art. 15); e o conteúdo das comunicações exige autorização judicial prévia, não comunicação posterior.

D A recusa quanto aos dados cadastrais não foi legítima, porque a lei dispensa a ordem judicial para essa categoria de dados.

E O acesso sem ordem judicial é restrito aos dados cadastrais; o conteúdo das mensagens depende de decisão judicial.

Pulo do gato: Qualificação, filiação e endereço: delegado requisita direto, e quem recusa comete crime; conteúdo, só com juiz.

Questão 24 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343 de 2006

Durante abordagem, Renan foi preso em flagrante por policiais civis com 250 gramas de cocaína fracionados em porções individuais, balança de precisão e anotações de contabilidade. No mesmo dia, em outra ocorrência, Tânia foi surpreendida com 30 gramas de maconha, acompanhada de balança de precisão, embalagens plásticas e mensagens no celular, acessadas mediante autorização judicial, em que negociava a venda da droga. Considerando a Lei nº 11.343/2006 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Lavrado o auto de prisão em flagrante de Renan, a autoridade de polícia judiciária fará imediata comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto, do qual será dada vista ao Ministério Público em 24 horas.

II. Para a lavratura do auto e o estabelecimento da materialidade, basta o laudo de constatação da natureza e da quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea, e o perito que o subscrever não fica impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

III. O inquérito será concluído no prazo de 30 dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 dias, quando solto, prazos que podem ser duplicados pelo delegado de polícia, mediante despacho fundamentado comunicado ao juiz.

IV. Como Tânia portava quantidade de maconha inferior a 40 gramas, incide presunção absoluta de que se trata de usuária, o que impede a lavratura de auto de prisão em flagrante por tráfico.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Por que B está correta. I reproduz o art. 50, caput. II reproduz o art. 50, §§ 1º e 2º. III está errada: os prazos de 30 e 90 dias podem ser duplicados pelo juiz, ouvido o MP, mediante pedido justificado da autoridade policial (art. 51, parágrafo único), e não pelo próprio delegado. IV está errada: no Tema 506, o STF fixou presunção relativa de usuário para quem porta até 40 gramas de cannabis ou seis plantas-fêmeas, afastável por elementos que indiquem intuito de mercancia, como balança, embalagens e registros de venda; nesse caso, admite-se o flagrante por tráfico. Logo, I e II.

Fundamento: Arts. 50, caput e §§ 1º e 2º, e 51, caput e parágrafo único, da Lei nº 11.343/2006; STF, RE 635.659 (Tema 506 da repercussão geral).

A Omite II, que reproduz o art. 50, §§ 1º e 2º.

C Inclui III, que transfere ao delegado a prerrogativa de duplicar os prazos, atribuída ao juiz.

D Acerta I e II, mas inclui III, que erra quanto a quem duplica os prazos do inquérito.

E Inclui III e IV: a presunção do Tema 506 é relativa e cede diante de indícios de traficância.

Pulo do gato: Drogas: prazos do IP duplicados pelo juiz; presunção dos 40 g é relativa.

Questão 25 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998

Em inquérito policial que apura lavagem de capitais oriundos de crimes contra a administração pública estadual, foi indiciado Rodrigo, servidor público estadual. Considerando a Lei nº 9.613/1998 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. Se, já em juízo, Rodrigo, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo prosseguirá até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo, sem a suspensão prevista no art. 366 do CPP.

II. O indiciamento acarreta o afastamento automático de Rodrigo do cargo, sem prejuízo da remuneração, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.

III. Se Rodrigo colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à localização dos bens objeto do crime, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços e cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la.

IV. Por envolver servidor público e crimes contra a administração, a competência para o processo será necessariamente da Justiça Federal, independentemente da natureza da infração antecedente.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Por que B está correta. I reproduz o art. 2º, § 2º, da Lei nº 9.613/1998, que afasta a suspensão do art. 366 do CPP. III reproduz o art. 1º, § 5º (colaboração espontânea: redução de 1/3 a 2/3, regime aberto ou semiaberto, perdão judicial ou substituição). II está errada: o art. 17-D, que previa o afastamento automático do servidor indiciado, foi declarado inconstitucional pelo STF na ADI 4.911. IV está errada: a competência federal depende das hipóteses do art. 2º, III (crime contra o sistema financeiro ou a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou antecedente de competência federal); lavagem de valores de crimes contra a administração estadual é, em regra, da Justiça Estadual. Logo, I e III.

Fundamento: Arts. 1º, § 5º, 2º, III e § 2º, e 17-D da Lei nº 9.613/1998; STF, ADI 4.911 (inconstitucionalidade do art. 17-D).

A Inclui II, baseada no art. 17-D, declarado inconstitucional pelo STF.

C Reúne as duas falsas: afastamento automático e competência federal necessária.

D Acerta I e III, mas inclui II, que ignora a ADI 4.911.

E Inclui II e IV, incorretas, e exclui I.

Pulo do gato: Na lavagem, o réu revel por edital é julgado (sem art. 366); o afastamento automático do servidor indiciado caiu no STF.

Questão 26 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210 de 1984

Diego foi condenado a 2 anos de reclusão, pena substituída por prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária. Intimado, compareceu à entidade designada e cumpriu regularmente as tarefas por quatro meses, quando pediu ao juízo da execução para cumprir a pena substitutiva em menor tempo, com aumento da carga semanal. Deferido o pedido, Diego deixou de comparecer à entidade e mudou-se sem informar o novo endereço; não localizado, foi intimado por edital e não atendeu à intimação.

Considerando o Código Penal e a Lei de Execução Penal, é correto afirmar que

(A) era possível cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior a oito meses, e o desatendimento à intimação por edital autoriza a conversão em privativa de liberdade.

(B) era possível cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior a um ano, mas a conversão exige falta grave ou nova condenação, não bastando o desatendimento ao edital.

(C) era possível cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior a um ano, e o desatendimento à intimação por edital autoriza a conversão, deduzido o tempo cumprido.

(D) era possível cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior a um ano, e o desatendimento autoriza a conversão, sem dedução do tempo de serviço já prestado.

(E) o desatendimento à intimação configura falta grave que autoriza a regressão direta ao regime fechado, sem necessidade de conversão da pena restritiva.

Por que C está correta. Sendo a pena substituída superior a um ano, o condenado pode cumprir a prestação de serviços em menor tempo, nunca inferior à metade da pena privativa fixada (art. 46, § 4º, do CP): no caso, um ano. A prestação de serviços é convertida quando o condenado não é encontrado por estar em lugar incerto e não sabido ou desatende a intimação por edital (art. 181, § 1º, a, da LEP). Na conversão, deduz-se o tempo cumprido, respeitado o saldo mínimo de 30 dias (art. 44, § 4º, do CP).

Fundamento: Art. 44, § 4º, e art. 46, § 4º, do Código Penal; art. 181, § 1º, a, da Lei nº 7.210/1984.

A O limite mínimo é a metade da pena privativa fixada (um ano), e não oito meses.

B O art. 181, § 1º, a, da LEP prevê expressamente a conversão para quem não é encontrado ou desatende a intimação por edital.

D O tempo de prestação de serviços já cumprido é deduzido da pena privativa resultante da conversão (art. 44, § 4º, do CP).

E Pena restritiva não se submete a regressão de regime; o descumprimento leva à conversão em privativa de liberdade, cujo regime será então definido.

Pulo do gato: PSC de pena acima de um ano pode ser abreviada até a metade; sumiu e ignorou o edital, converte com dedução.

Questão 27 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006

Considerando a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), com as alterações promovidas pelas Leis nº 14.550/2023 e nº 15.380/2026, e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

II. Concedidas, as medidas protetivas de urgência vigoram pelo prazo máximo de 90 dias, renovável por decisão fundamentada, sob pena de perda automática de eficácia.

III. A lei aplica-se a todas as situações previstas em seu art. 5º, independentemente da causa ou da motivação dos atos de violência e da condição do ofensor ou da ofendida.

IV. Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, o juiz deve designar, em todos os casos, audiência destinada a confirmar a representação da ofendida antes do recebimento da denúncia.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Por que B está correta. I reproduz o art. 19, § 5º. III reproduz o art. 40-A. II está errada: as medidas vigoram enquanto persistir o risco (art. 19, § 6º), sem prazo fixo, como também decidiu o STJ no Tema 1.249. IV está errada: pelo parágrafo único do art. 16, incluído pela Lei nº 15.380/2026, a audiência serve para confirmar a retratação, não a representação, e só é designada mediante manifestação expressa da vítima de que deseja se retratar. Logo, I e III.

Fundamento: Arts. 16, caput e parágrafo único (incluído pela Lei nº 15.380/2026), 19, §§ 5º e 6º, e 40-A da Lei nº 11.340/2006 (incluídos pela Lei nº 14.550/2023); STJ, Tema repetitivo 1.249. Texto conferido em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.

A Inclui II, que cria prazo de 90 dias inexistente na lei; as medidas duram enquanto houver risco.

C Reúne as duas afirmativas falsas.

D Inclui IV: a audiência do art. 16 não é obrigatória nem serve para confirmar a representação.

E Inclui II e IV, ambas incorretas, e exclui I.

Pulo do gato: Medida protetiva não tem prazo nem depende de BO; a audiência do art. 16 é só para retratação pedida pela vítima.

Questão 28 · Gabarito A

Questão real · FGV · 2025 · TJ-SE · Juiz Substituto · Legislação Penal Especial (geral)

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) enviou, espontaneamente, ao Ministério Público um Relatório de Inteligência Financeira (RIF), segundo o qual o casal Ferdinando e Imelda e seis sociedades empresárias das quais ambos são sócios apresentam movimentação financeira atípica. O promotor de justiça instaurou notícia de fato, no bojo da qual diligência de campo revelou que não há qualquer atividade econômica em andamento nos endereços apontados como sedes das seis sociedades empresárias. Além disso, pesquisas em fontes abertas, especialmente redes sociais, mostraram que o casal Ferdinando e Imelda ostenta elevado padrão de vida, com carros importados, viagens de luxo e jantares em restaurantes caros. Em diversas postagens, o casal aparece na companhia de Alfredo, integrante de família conhecida na Comarca pelo envolvimento com a contravenção penal do jogo do bicho. Há, no mesmo órgão ministerial, um Procedimento Investigatório Criminal (PIC) em que Alfredo é investigado, já presentes robustos elementos de convicção no sentido da prática da referida contravenção. O promotor de justiça reuniu a notícia de fato ao PIC e aditou a portaria de instauração para incluir o casal e novo objeto, vale dizer, o crime de lavagem de dinheiro. Prosseguindo as diligências, solicitou o Ministério Público ao COAF, via sistema institucional, informações financeiras acerca de Alfredo. A resposta do COAF foi positiva, e o órgão remeteu ao Ministério Público um RIF que aponta movimentações financeiras atípicas por parte de Alfredo. O promotor de justiça requereu judicialmente a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Ferdinando e Imelda, das sociedades empresárias titularizadas por ambos e de Alfredo. Com base na Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Capitais) e no entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, o magistrado deverá:

(A) deferir integralmente a pretensão do Ministério Público;

(B) indeferir o pedido de quebra de sigilo bancário, porque o crime de lavagem de dinheiro admite, como antecedente, crime, mas não contravenção penal;

(C) indeferir o pedido de quebra de sigilo bancário, sob o fundamento da nulidade das provas, haja vista que o intercâmbio de informações financeiras entre o COAF e os órgãos de investigação, sem autorização judicial, viola o sigilo bancário e, por conseguinte, a privacidade dos investigados;

(D) deferir parcialmente o pedido de quebra de sigilo bancário apenas quanto ao alvo Alfredo e anular as provas quanto ao casal Ferdinando e Imelda e às sociedades empresárias, porque o COAF não pode, espontaneamente, enviar informações financeiras aos órgãos de investigação;

(E) indeferir o pedido, sob o fundamento da nulidade das provas, porque a ilegalidade da atuação espontânea do COAF em relação aos investigados Ferdinando e Imelda e suas sociedades empresárias contamina os demais elementos de convicção presentes na investigação.

Por que A está correta. Desde a Lei nº 12.683/2012, qualquer infração penal, inclusive contravenção como o jogo do bicho, pode ser antecedente da lavagem (art. 1º da Lei nº 9.613/1998). No Tema 990, o STF considerou constitucional o compartilhamento, sem prévia autorização judicial, de relatórios de inteligência financeira da UIF (antigo COAF) com os órgãos de persecução penal, por comunicações formais e com sigilo, o que legitima o envio espontâneo do RIF. Para a banca, também é válido o RIF obtido por solicitação formal do MP pelo sistema institucional, com base no Tema 990 e em julgados posteriores do STF, embora o tema tenha gerado debate no STJ. Presentes indícios, o juiz deve deferir a quebra dos sigilos bancário e fiscal de todos os alvos.

B Após a Lei nº 12.683/2012, a contravenção penal pode ser infração antecedente da lavagem.

C O STF (Tema 990) admite o compartilhamento de relatórios de inteligência financeira sem prévia autorização judicial.

D O envio espontâneo de RIF pelo COAF é justamente o caso típico validado pelo STF; não há nulidade quanto ao casal e às empresas.

E Não há ilegalidade a contaminar os demais elementos, porque a atuação espontânea do COAF é válida.

Pulo do gato: Lavagem admite contravenção como antecedente, e o RIF do COAF circula sem ordem judicial (Tema 990).

Questão 29 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343 de 2006

Durante uma festa em sua casa, Gustavo, que não tem antecedentes, ofereceu a Paula, sua namorada, uma pequena porção de cocaína que havia adquirido para uso próprio, para que ambos a consumissem juntos, sem qualquer contrapartida. Policiais militares, chamados por vizinhos em razão do barulho, presenciaram a cena e conduziram Gustavo à delegacia.

Nos termos da Lei nº 11.343/2006 e da Lei nº 9.099/1995, o delegado de polícia deve

(A) enquadrar a conduta como oferecimento eventual para consumo conjunto e lavrar termo circunstanciado, sem prisão, se Gustavo se comprometer a comparecer ao juizado.

(B) enquadrar a conduta como porte para consumo pessoal, pois a droga destinava-se a uso compartilhado, e liberar Gustavo após mera advertência verbal.

(C) enquadrar a conduta como oferecimento eventual para consumo conjunto, mas lavrar auto de prisão em flagrante, pois o crime é equiparado a hediondo.

(D) lavrar auto de prisão em flagrante por tráfico de drogas, pois o verbo oferecer integra o tipo do art. 33, caput, independentemente de intuito de lucro.

(E) enquadrar a conduta como tráfico privilegiado, por ser Gustavo primário e sem antecedentes, e arbitrar fiança na própria delegacia.

Por que A está correta. Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, é o crime do art. 33, § 3º, da Lei de Drogas (detenção de 6 meses a 1 ano e multa, sem prejuízo das penas do art. 28). Com pena máxima de um ano, é infração de menor potencial ofensivo (art. 61 da Lei nº 9.099/1995): lavra-se termo circunstanciado e não se impõe prisão em flagrante se o autor for encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de comparecer (art. 69, parágrafo único).

Fundamento: Art. 33, § 3º, da Lei nº 11.343/2006; arts. 61 e 69, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995.

B A conduta vai além do porte para consumo: Gustavo ofereceu a droga a terceira pessoa, o que caracteriza o § 3º do art. 33.

C Acerta a tipificação, mas erra a consequência: o § 3º não é equiparado a hediondo e, sendo de menor potencial ofensivo, segue o rito da Lei nº 9.099/1995.

D Aplica a regra geral onde há tipo específico: o oferecimento eventual, gratuito e para consumo conjunto, a pessoa do relacionamento, é a figura privilegiada do § 3º.

E O tráfico privilegiado (art. 33, § 4º) pressupõe tráfico e é causa de diminuição aplicada na sentença; aqui o tipo é outro, com termo circunstanciado.

Pulo do gato: Ofereceu de graça, eventualmente, para usar junto com quem conhece: art. 33, § 3º, e termo circunstanciado.

Questão 30 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850 de 2013

Em investigação de organização criminosa, foi autorizada judicialmente a infiltração de um agente de polícia, mediante representação do delegado. Acerca do regime jurídico da infiltração presencial na Lei nº 12.850/2013, analise as afirmativas a seguir.

I. O agente infiltrado que não guardar a devida proporcionalidade com a finalidade da investigação responderá pelos excessos praticados, mas não é punível a prática de crime no curso da investigação quando dele for inexigível conduta diversa.

II. É direito do agente recusar ou fazer cessar a atuação infiltrada.

III. Havendo indícios seguros de que o agente infiltrado sofre risco iminente, a operação somente poderá ser sustada por decisão judicial, mediante representação do delegado ou requerimento do Ministério Público.

IV. A infiltração pode ser autorizada sempre que houver indícios de infração penal praticada por organização criminosa, ainda que a prova possa ser produzida por outros meios disponíveis, dada a gravidade dos crimes investigados.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Por que A está correta. I reproduz o art. 13 e seu parágrafo único (responsabilidade pelos excessos e não punibilidade do crime praticado quando inexigível conduta diversa). II reproduz o art. 14, I. III está errada: havendo indícios seguros de risco iminente, a operação é sustada mediante requisição do MP ou pelo próprio delegado, com imediata ciência ao MP e ao juiz (art. 12, § 3º), sem necessidade de decisão judicial prévia. IV está errada: a infiltração só é admitida se a prova não puder ser produzida por outros meios disponíveis (art. 10, § 2º). Logo, I e II.

Fundamento: Arts. 10, § 2º, 12, § 3º, 13, caput e parágrafo único, e 14, I, da Lei nº 12.850/2013 (texto conferido em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm).

B Inclui III, que exige decisão judicial para sustar a operação; a lei atribui a sustação ao delegado ou à requisição do MP, pela urgência do risco.

C Inclui IV, que ignora a subsidiariedade da infiltração, e exclui I.

D Acerta I e II, mas acrescenta III, incorreta.

E Inclui III e IV, ambas incorretas, e exclui I.

Pulo do gato: Infiltração é a última opção; e, se o agente corre risco, quem para a operação é o delegado ou o MP, não o juiz.

Direito Constitucional

Questão 31 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2025 · PC-MG · Delegado de Polícia Substituto · Ordem Econômica e Financeira

O Governador do Estado Alfa encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa criando uma nova taxa, o que foi feito com o delineamento dos seus distintos aspectos, como fato gerador, contribuintes, base de cálculo e alíquota. No Poder Legislativo, um grupo de parlamentares apresentou emenda aditiva a essa proposição, na qual foi alterado o fato gerador da referida taxa, de modo a ampliar o seu alcance, o que veio a ser aprovado. Após a aprovação, o projeto foi vetado pelo Governador do Estado sob o argumento de ser incompatível com a Constituição da República de 1988, mas o veto foi derrubado pela Assembleia Legislativa, daí resultando a promulgação da Lei nº X. De acordo com as informações acima, é correto afirmar que a Lei nº X é

(A) inconstitucional, pois é competência privativa da União legislar sobre direito tributário

(B) inconstitucional, pois foi aprovada uma emenda ao projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

(C) inconstitucional, pois a emenda ao projeto de lei, que restou aprovada, não apresentou pertinência temática.

(D) constitucional, pois o poder de emenda é da essência da atividade legislativa, não sendo limitado pela Constituição.

(E) constitucional, pois Alfa tem competência para legislar sobre a matéria, que não é de iniciativa privativa do Executivo.

Por que E está correta. A competência para instituir taxas é comum aos entes (art. 145, II, da CF), e o direito tributário é matéria de competência concorrente (art. 24, I). Segundo o STF, não há reserva de iniciativa do Chefe do Executivo em matéria tributária: a iniciativa é concorrente. Assim, a emenda parlamentar que altera o fato gerador da taxa, mantida a pertinência temática e sem aumento de despesa, é válida, e a Lei nº X é constitucional.

A Direito tributário é matéria de competência legislativa concorrente (art. 24, I), e o Estado pode instituir taxas.

B Não existe iniciativa privativa do Executivo em matéria tributária; a reserva do art. 61, § 1º, II, b, refere-se aos Territórios.

C A emenda trata do mesmo tributo e do mesmo projeto: há pertinência temática.

D O poder de emenda tem limites constitucionais (pertinência temática e vedação de aumento de despesa nos projetos de iniciativa reservada, art. 63, I); a conclusão é certa, mas o fundamento é errado.

Pulo do gato: Lei tributária não é de iniciativa privativa do Executivo: parlamentar pode propor e emendar.

Questão 32 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Organização Político-Administrativa do Estado

A Câmara Municipal de Vila Serena aprovou três leis, todas sancionadas pelo prefeito: a Lei nº 1 fixa o horário de funcionamento do comércio varejista no município; a Lei nº 2 proíbe a instalação de nova farmácia a menos de 500 metros de outra já existente; e a Lei nº 3 estabelece tempo máximo de espera para atendimento nas agências bancárias situadas no município. Posteriormente, um vereador apresentou projeto de lei para fixar o horário de atendimento ao público das agências bancárias locais.

Considerando a repartição constitucional de competências e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que

(A) a Lei nº 1 é inconstitucional, porque horário do comércio é matéria de direito comercial, de competência privativa da União, sendo válidas as Leis nº 2 e nº 3.

(B) as três leis são constitucionais, por versarem sobre assuntos de interesse local, e o projeto sobre o horário bancário também pode ser aprovado validamente.

(C) as Leis nº 1, nº 2 e nº 3 são constitucionais, pois o zoneamento urbano autoriza o município a fixar distância mínima entre farmácias, mas o projeto é inválido.

(D) as Leis nº 1 e nº 3 são constitucionais, a Lei nº 2 ofende o princípio da livre concorrência, e o projeto sobre o horário bancário invade competência da União.

(E) a Lei nº 3 é inconstitucional, pois o atendimento bancário é matéria do sistema financeiro, reservada à União, assim como o horário de funcionamento das agências.

Por que D está correta. É competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial (Súmula Vinculante 38) e, por se tratar de interesse local, o tempo máximo de espera nas agências bancárias (STF, RE 610.221). A lei que impede a instalação de estabelecimento comercial do mesmo ramo em determinada área ofende a livre concorrência (Súmula Vinculante 49). Já a fixação do horário bancário de atendimento ao público é da competência da União (Súmula 19 do STJ).

Fundamento: CF, arts. 30, I, e 170, IV; Súmulas Vinculantes 38 e 49; STF, RE 610.221, com repercussão geral (tempo de espera em agências bancárias); Súmula 19 do STJ (horário bancário).

A O horário do comércio local é assunto de interesse local (Súmula Vinculante 38), e a Lei nº 2 é inválida pela Súmula Vinculante 49.

B Estende o interesse local a hipóteses em que ele não prevalece: a restrição à instalação de farmácias viola a livre concorrência, e o horário bancário é da União.

C O argumento do zoneamento não salva a Lei nº 2: o STF considera inconstitucional a limitação geográfica que impede a concorrência entre estabelecimentos do mesmo ramo.

E O tempo de espera em fila é questão de interesse local e de proteção ao consumidor, de competência municipal segundo o STF; só o horário de atendimento bancário é da União.

Pulo do gato: Município: horário do comércio e fila de banco, sim; distância entre farmácias e horário do banco, não.

Questão 33 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Processo Legislativo

Acerca da fase introdutória do processo legislativo federal, considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

II. Não usurpa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei de iniciativa parlamentar que, embora crie despesa para a Administração, não trate da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.

III. A iniciativa da lei complementar que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura pertence ao Presidente da República, a quem compete dispor sobre a organização dos serviços públicos federais.

IV. A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I, II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Por que C está correta. I reproduz o art. 61, § 2º, da CF. II reproduz a tese do Tema 917 do STF. IV reproduz o art. 64, caput. III está errada: o Estatuto da Magistratura é lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (art. 93, caput). Logo, I, II e IV.

Fundamento: CF, arts. 61, § 2º, 64, caput, e 93, caput; STF, Tema 917 da repercussão geral (ARE 878.911).

A Omite IV, que reproduz o art. 64 da CF.

B Inclui III, que atribui ao Presidente da República iniciativa reservada ao STF, e exclui I e IV.

D Exclui II, que corresponde ao Tema 917, e inclui III.

E III está errada: a iniciativa do Estatuto da Magistratura é do STF.

Pulo do gato: Lei parlamentar que só cria despesa não é inconstitucional por isso (Tema 917); Estatuto da Magistratura é iniciativa do STF.

Questão 34 · Gabarito D

Questão real · FGV · 2025 · TJ-SE · Juiz Substituto · Direitos Individuais

Na relação entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito brasileiro é possível encontrar um importante tema: a proteção de pessoas com deficiência. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 diz, no §2º do Art. 227, que "[a] lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência" e, no Art. 244, que "[a] lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no Art. 227, §2º". Já a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, no Art. 9.1, afirma que "[a] fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e

comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural". Considerando os documentos apontados e apenas esses dispositivos, é correto que o magistrado, em um caso sobre direito à acessibilidade de pessoas com deficiência, trace o seguinte raciocínio:

(A) o magistrado deve seguir o que a lei reclamada pelos dispositivos constitucionais dispuser para propiciar a melhor proteção da pessoa com deficiência, por ser a norma da Constituição superior à da Convenção;

(B) a mencionada Convenção tem natureza supralegal, embora infraconstitucional, e a lei, a que se referem os dispositivos constitucionais, deve observá-la, sendo descabido o controle de constitucionalidade tendo a Convenção como parâmetro;

(C) a citada Convenção, por possuir status de lei, precisa estar em conformidade com a Constituição de 1988, e eventual conflito com a lei mencionada pelos dispositivos constitucionais é resolvido pelo critério cronológico;

(D) a aludida Convenção guarda status equivalente às emendas constitucionais, compõe o chamado bloco de constitucionalidade e, por isso, serve de parâmetro para examinar a legitimidade constitucional da lei a que fazem alusão os dispositivos da Constituição de 1988;

(E) a lei mencionada pelos dispositivos da Constituição de 1988, por conta da redação impositiva do dispositivo convencional, não poderá ser mais abrangente e protetiva do que a Convenção, porque inexistente o princípio da prevalência da norma mais favorável ao titular do direito.

Por que D está correta. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foram aprovados pelo rito do art. 5º, § 3º, da CF (Decreto Legislativo nº 186/2008, promulgados pelo Decreto nº 6.949/2009). Por isso equivalem a emendas constitucionais, integram o bloco de constitucionalidade e servem de parâmetro para o controle da lei mencionada nos arts. 227, § 2º, e 244 da CF.

A A Convenção tem hierarquia equivalente à das normas constitucionais; não há subordinação da Convenção à Constituição nesse ponto.

B O status supralegal é dos tratados de direitos humanos aprovados sem o rito do § 3º; a Convenção foi aprovada por esse rito.

C A Convenção não tem status de lei ordinária, e o conflito não se resolve pelo critério cronológico.

E Prevalece a norma mais favorável à pessoa protegida (princípio pro persona); a lei interna pode ser mais protetiva.

Pulo do gato: CDPD: aprovada pelo rito do art. 5º, § 3º, vale como emenda e é parâmetro de controle.

Questão 35 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2025 · TRF - 1ª REGIÃO · Juiz Federal Substituto · Direitos Individuais - Remédios Constitucionais e Garantias Processuais

O mandado de segurança, enquanto remédio constitucional, é um instrumento processual célere e destinado ao combate de atos lesivos ou que ameacem lesar direitos individuais e coletivos que sejam líquidos e certos. A seu respeito, tomando como premissa as disposições da Lei nº 12.016/2009, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça na matéria, é correto afirmar que:

(A) é vedada a concessão de medida liminar em mandado de segurança individual ou coletivo que determine, dentre outras providências, a compensação de créditos tributários ou a reclassificação de servidores públicos;

(B) o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público pode ser efetuado relativamente a todas as prestações vencidas e vincendas, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, respeitada a prescrição;

(C) a impetração de mandado de segurança coletivo por associação privada depende de autorização assemblear, por se tratar de hipótese de representação processual, em que a associação pleiteia em nome próprio direito dos associados;

(D) a sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais;

(E) a eficácia subjetiva da coisa julgada formada em mandado de segurança coletivo impetrado por associação beneficia o associado independentemente de ele haver se filiado antes ou após a impetração do writ .

Por que E está correta. No Tema 1.119 da repercussão geral, o STF fixou que, no mandado de segurança coletivo impetrado por associação, há substituição processual, dispensada autorização expressa e relação nominal dos associados; a coisa julgada beneficia todos os associados, independentemente de a filiação ser anterior ou posterior à impetração.

A As vedações de liminar do art. 7º, § 2º, da Lei nº 12.016/2009 foram declaradas inconstitucionais pelo STF (ADI 4.296).

B O pagamento em mandado de segurança alcança só as prestações vencidas a partir do ajuizamento (art. 14, § 4º, e Súmula 271 do STF); as anteriores exigem ação própria.

C No MS coletivo há substituição processual, e não representação; dispensa-se autorização assemblear (Súmula 629 do STF).

D A denegação sem exame de mérito não impede que o requerente pleiteie seus direitos por ação própria (art. 19 da Lei nº 12.016/2009).

Pulo do gato: MS coletivo de associação beneficia o associado de antes e o de depois da impetração.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 36 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Responsabilidade civil do estado

Durante operação da Polícia Civil para cumprir mandados de prisão em um bairro residencial, houve intensa troca de tiros entre policiais e suspeitos. Ao final, verificou-se que Joana, moradora que voltava do trabalho, fora atingida no braço por um projétil. A perícia não conseguiu determinar se o disparo partira da arma de um policial ou de um dos suspeitos. Joana ajuizou ação de indenização exclusivamente contra Rogério, delegado que comandava a equipe, alegando que ele teria planejado mal a operação.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

(A) a ação deveria ter sido proposta contra o Estado, que responde objetivamente, não bastando a perícia inconclusiva para afastar sua responsabilidade, assegurado o regresso contra o agente.

(B) a ação deveria ter sido proposta contra o Estado, que só responde se Joana provar que o projétil partiu da arma de um dos policiais, ônus que lhe cabe.

(C) a ação deveria ter sido proposta contra o Estado, cuja responsabilidade, por envolver falha no planejamento, é subjetiva e exige prova da culpa do serviço.

(D) a ação deveria ter sido proposta contra o Estado e o delegado, em litisconsórcio passivo necessário, respondendo ambos objetivamente pelo dano.

(E) Joana pode escolher entre acionar o Estado ou diretamente o delegado, mas, contra este, terá de provar dolo ou culpa na condução da operação.

Por que A está correta. No Tema 940, o STF fixou que a ação por dano causado por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima o autor do ato, assegurado o regresso em caso de dolo ou culpa (dupla garantia). No Tema 1.237, assentou que o Estado responde, pelo risco administrativo, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública; cabe ao ente provar eventuais excludentes, e a perícia inconclusiva sobre a origem do disparo não afasta, por si só, a responsabilidade.

Fundamento: CF, art. 37, § 6º; STF, Tema 940 da repercussão geral (RE 1.027.633) e Tema 1.237 da repercussão geral (ARE 1.385.315).

B Pelo Tema 1.237, o ônus de provar excludentes é do ente público, e a perícia inconclusiva não afasta a responsabilidade.

C Operações de segurança pública seguem a teoria do risco administrativo (responsabilidade objetiva), e não a culpa do serviço.

D Não há litisconsórcio com o agente: ele é parte ilegítima na ação da vítima, e sua responsabilidade, no regresso, é subjetiva.

E Inverte a tese da dupla garantia: o STF não admite ação direta contra o agente; a vítima aciona o Estado, que regressa contra o agente.

Pulo do gato: Bala perdida em operação policial: processa-se o Estado, que responde mesmo com perícia inconclusiva e depois cobra do agente culpado.

Questão 37 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2025 · AL-AM · Procurador · Organização da Administração Pública

Diante da necessidade de indicação de membro para o Conselho de Administração de determinada sociedade de economia mista estadual, que realiza atividade econômica em regime concorrencial, no setor de tecnologia, foram sugeridos os seguintes nomes. I. Bruno, que tem formação acadêmica na respectiva área, 15 anos de experiência profissional no respectivo setor e exerce cargo em organização sindical. II. Mônica, que tem formação acadêmica na respectiva área, experiência de 2 anos como profissional liberal em setor vinculado a área de atuação e que ano passado formalizou contrato com a entidade administrativa em questão para a prestação de serviços. III. Álvaro, que tem formação acadêmica na respectiva área, 5 anos como docente no âmbito da tecnologia, 10 anos de atuação como profissional liberal e que, atualmente, ocupa o cargo de Secretário Estadual em pasta correlata à atividade da entidade. Diante das mencionadas peculiaridades, assinale a alternativa correta acerca de qual dos mencionados candidatos seria passível de indicação como membro do Conselho de Administração, à luz do disposto na Lei nº 13.303/2016.

(A) Apenas Bruno.

(B) Apenas Mônica.

(C) Apenas Álvaro.

(D) Todos os candidatos.

(E) Nenhum dos candidatos.

Por que E está correta. O art. 17 da Lei nº 13.303/2016 exige experiência profissional mínima e, no § 2º, veda a indicação para o Conselho de Administração de, entre outros, Secretário de Estado (inciso I), quem tenha firmado contrato com a empresa ou com o ente controlador nos três anos anteriores (inciso IV) e quem exerça cargo em organização sindical (inciso V). O STF manteve a validade dessas vedações (ADI 7.331). Bruno é sindicalista, Mônica contratou com a entidade no último ano e não tem a experiência mínima, e Álvaro é Secretário Estadual: nenhum pode ser indicado.

A Bruno tem a experiência exigida, mas exerce cargo em organização sindical, hipótese vedada.

B Mônica firmou contrato com a entidade há menos de três anos e tem apenas dois anos de experiência no setor.

C Álvaro ocupa cargo de Secretário Estadual, vedação expressa da lei, mantida pelo STF.

D Os três candidatos esbarram em vedações da Lei nº 13.303/2016.

Pulo do gato: Conselho de estatal: fora sindicalista, quem contratou com ela nos últimos três anos e Secretário de Estado.

Questão 38 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2026 · MPE-GO · Promotora e Promotor de Justiça Substituto · Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990

Mauro, servidor concursado, responde a processo administrativo disciplinar (PAD) que investiga suposta falta cometida no exercício de suas funções. O processo foi instaurado a partir de representação, mediante portaria, com a regular designação da comissão processante. Em relação ao caso apresentado, à luz da legislação em vigor e da jurisprudência atualizada sobre processo administrativo disciplinar, assinale a afirmativa correta.

(A) Em processo administrativo disciplinar, a nulidade de um ato processual pode ser declarada ainda que não haja efetiva demonstração de prejuízo à defesa.

(B) O servidor processado no PAD precisa ser intimado após o relatório final feito pela comissão processante, sob pena de ofensa do contraditório e da ampla defesa.

(C) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar deve sempre restringir-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato.

(D) As provas anuladas no processo criminal devem ser excluídas do processo administrativo disciplinar, por força da contaminação de sua legalidade.

(E) A autoridade administrativa pode se utilizar de fundamentação per relationem nos processos disciplinares.

Por que E está correta. É válida, no processo administrativo disciplinar, a motivação per relationem, em que a autoridade julgadora adota como razões de decidir os fundamentos do relatório da comissão ou de parecer anterior (Súmula 674 do STJ).

A No PAD vigora a regra de que não há nulidade sem prejuízo (pas de nullité sans grief); exige-se demonstração do prejuízo à defesa.

B O STJ entende que não há obrigatoriedade de intimação do servidor após o relatório final da comissão, por falta de previsão legal.

C O termo sempre torna a afirmativa errada: a Súmula 665 do STJ admite exame de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção.

D Pela independência das instâncias, a anulação de provas no processo penal não gera, automaticamente, a exclusão de todo o conjunto probatório do PAD, que pode apoiar-se em elementos autônomos.

Pulo do gato: PAD: per relationem vale (Súmula 674); nulidade só com prejuízo.

Questão 39 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Improbidade administrativa - Lei nº 8.429 de 1992 e Lei nº 14.230 de 2021

Considerando a Lei nº 8.429/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, quanto às espécies de atos de improbidade administrativa e às sanções correspondentes, analise as afirmativas a seguir.

I. Ao agente condenado por ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública aplica-se, entre outras sanções, a suspensão dos direitos políticos por até 4 anos.

II. Constitui ato de improbidade que causa lesão ao erário a ação ou omissão dolosa que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas na lei.

III. Na hipótese de enriquecimento ilícito, entre as sanções cabíveis estão a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e a suspensão dos direitos políticos até 14 anos.

IV. Ao agente condenado por ato que atenta contra os princípios da Administração Pública aplicam-se a perda da função pública e multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, II e III, apenas.

Por que C está correta. II reproduz o art. 10, caput, com a exigência de dolo e de perda patrimonial efetiva e comprovada. III reproduz o art. 12, I (perda dos bens acrescidos e suspensão dos direitos políticos até 14 anos). I e IV estão erradas: para o art. 11, o art. 12, III, prevê apenas multa civil de até 24 vezes a remuneração e proibição de contratar com o poder público por até 4 anos, sem suspensão dos direitos políticos e sem perda da função. Logo, II e III.

Fundamento: Arts. 10, caput, 11, caput, e 12, I e III, da Lei nº 8.429/1992 (redação da Lei nº 14.230/2021), conferidos em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm; STF, Tema 1.199 (exigência de dolo).

A Inclui I: após a Lei nº 14.230/2021, o ato do art. 11 não gera suspensão dos direitos políticos; os 4 anos referem-se à proibição de contratar.

B Reúne as duas falsas sobre o art. 11, que não comporta suspensão dos direitos políticos nem perda da função.

D Acerta II, mas inclui IV: a perda da função não está entre as sanções do art. 12, III.

E Acerta II e III, mas inclui I, incorreta.

Pulo do gato: Art. 11 após 2021: só multa (até 24 remunerações) e proibição de contratar (até 4 anos).

Questão 40 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2026 · AMAZUL · Advogado · Licitações e Lei nº 14.133 de 2021

O Estado Alfa pretende implementar uma rede tecnológica integrada nas rodovias estaduais, englobando tanto o monitoramento do tráfego quanto o sistema de pedágio eletrônico (free flow), de forma moderna e eficiente. Para isso, o ente público elaborou e divulgou edital de licitação utilizando a modalidade de diálogo competitivo, permitindo que o mercado apresentasse soluções e propostas para estruturar o projeto de infraestrutura rodoviária. Diante desse contexto, uma empresa interessada no objeto licitado alegou existir evidente afronta ao princípio da impessoalidade e decidiu ajuizar uma ação judicial buscando a suspensão e a invalidação do procedimento licitatório. Considerando a situação exposta pela mencionada empresa, assinale a alternativa correta.

(A) O diálogo competitivo é a modalidade licitatória restrita às contratações internacionais e deve ser utilizado pela União, não sendo cabível no âmbito estadual ou municipal.

(B) O diálogo competitivo dispensa a realização de licitação, já que a administração e as empresas interessadas discutem diretamente as condições da contratação nas sessões de diálogos.

(C) O diálogo competitivo, por ser modalidade excepcional à regra de licitação, exige autorização legislativa específica a cada caso, não bastando a previsão da Lei nº 14.133/2021.

(D) O diálogo competitivo é a modalidade usada quando há uma única empresa no mercado apta a fornecer a solução pretendida, caracterizando inviabilidade de competição, o que leva à celebração de contratação direta mediante inexigibilidade.

(E) O diálogo competitivo, ao ser adotado como modalidade licitatória, exige a definição prévia de seus objetivos, o convite aos potenciais interessados e a realização de sessões de diálogo, ao final das quais será aberta a fase competitiva para a apresentação das propostas finais.

Por que E está correta. O diálogo competitivo é modalidade de licitação da Lei nº 14.133/2021 (art. 6º, XLII, e art. 32) destinada a contratações em que a Administração realiza diálogos com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, para desenvolver soluções capazes de atender às suas necessidades. O edital divulga as necessidades e exigências já definidas, convoca os interessados, seguem-se as sessões de diálogo e, ao final, abre-se a fase competitiva para a apresentação das propostas finais.

A A Lei nº 14.133/2021 é norma geral aplicável a todos os entes federativos; o diálogo competitivo não é restrito à União nem a contratações internacionais.

B O diálogo competitivo é modalidade de licitação, e não hipótese de dispensa.

C Não se exige autorização legislativa específica: a própria lei disciplina as hipóteses de cabimento.

D A existência de um único fornecedor apto caracteriza inexigibilidade de licitação, instituto diverso do diálogo competitivo, que pressupõe competição.

Pulo do gato: Diálogo competitivo: primeiro conversa com os selecionados, depois compete com propostas finais.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 41 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Paraná

Em correição ordinária, a Corregedoria-Geral da Polícia Civil orientou os delegados sobre a Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), em especial quanto ao elemento subjetivo dos tipos penais e aos efeitos da condenação. Analise as afirmativas a seguir.

I. As condutas descritas na lei somente constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

II. A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.

III. A perda do cargo é efeito automático da condenação por crime de abuso de autoridade, independentemente de reincidência, por se tratar de crime funcional.

IV. A inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 a 5 anos, é efeito da condenação condicionado à reincidência em crime de abuso de autoridade e deve ser declarada motivadamente na sentença.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Por que D está correta. I reproduz o art. 1º, § 1º (dolo específico). II reproduz o art. 1º, § 2º. IV está certa: a inabilitação de 1 a 5 anos (art. 4º, II) e a perda do cargo (art. 4º, III) só ocorrem em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade, não são automáticas e devem ser declaradas motivadamente na sentença (art. 4º, parágrafo único). III está errada pelo mesmo dispositivo. Logo, I, II e IV.

Fundamento: Arts. 1º, §§ 1º e 2º, e 4º, II e III e parágrafo único, da Lei nº 13.869/2019, conferidos em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13869.htm.

A Omite IV, que reproduz o art. 4º, II e parágrafo único.

B Inclui III: a perda do cargo depende de reincidência específica em abuso de autoridade e de declaração motivada.

C Exclui I, que traz o elemento subjetivo especial exigido em todos os tipos da lei.

E III está errada: na Lei de Abuso de Autoridade, os efeitos de perda e inabilitação não são automáticos.

Pulo do gato: Abuso de autoridade: sem finalidade específica não há crime, e perda do cargo só para o reincidente, por decisão motivada.

Questão 42 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Legislação aplicada à atividade institucional e policial

O Estado Delta pretende modernizar o sistema de informações da Polícia Civil, que reúne dados pessoais de vítimas, testemunhas e investigados, usados exclusivamente em atividades de investigação e repressão de infrações penais. Estudam-se três soluções: (1) contratar sociedade empresária privada para hospedar e tratar a totalidade da base de dados, sob supervisão da Secretaria de Segurança Pública; (2) contratar empresa privada para desenvolver e operar apenas um módulo de análise de vínculos, com acesso a parte dos dados, em procedimento sob tutela do próprio Estado; (3) manter todo o tratamento a cargo da Polícia Civil, sem observar nenhum parâmetro de proteção de dados, por entender que a LGPD não incide sobre a atividade policial.

Considerando a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), é correto afirmar que

(A) as soluções (1) e (2) são admitidas, porque o tratamento ocorre sob supervisão de pessoa jurídica de direito público, que responde perante a autoridade nacional.

(B) a solução (3) é a única adequada, porque a investigação criminal fica fora da LGPD e livre de qualquer parâmetro de proteção de dados até a edição de lei específica.

(C) nenhuma solução que envolva empresa privada é admitida, porque a LGPD veda, em qualquer hipótese, o tratamento desses dados por pessoa de direito privado.

(D) apenas a solução (2) é admitida, mediante informe específico à autoridade nacional, sendo vedada a (1) e inadequada a (3), que ignora o devido processo e os direitos do titular.

(E) as três soluções dependem de prévia autorização da autoridade nacional de proteção de dados, a quem compete aprovar os bancos de dados de segurança pública.

Por que D está correta. A LGPD não se aplica ao tratamento realizado para fins exclusivos de investigação e repressão de infrações penais (art. 4º, III, d), mas esse tratamento será regido por legislação específica que observe o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular previstos na LGPD (§ 1º). É vedado o tratamento desses dados por pessoa de direito privado, exceto em procedimentos sob tutela de pessoa jurídica de direito público, objeto de informe específico à autoridade nacional (§ 2º), e em nenhum caso a totalidade dos dados da base poderá ser tratada por pessoa de direito privado (§ 4º). Assim, só a solução (2) é admitida.

Fundamento: Art. 4º, III, d, e §§ 1º a 4º, da Lei nº 13.709/2018, conferidos em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm.

A A solução (1) entrega a totalidade da base a empresa privada, o que o § 4º do art. 4º proíbe em qualquer caso, ainda que haja supervisão estatal.

B A exclusão da LGPD não libera o tratamento de parâmetros: o § 1º exige devido processo, princípios gerais de proteção e respeito aos direitos do titular.

C A vedação ao tratamento por pessoa privada tem exceção: procedimentos sob tutela de pessoa jurídica de direito público, com informe à autoridade nacional e sem alcançar a totalidade da base.

E A autoridade nacional emite opiniões técnicas e recomendações e solicita relatórios de impacto (§ 3º); a lei não exige sua autorização prévia para cada banco de dados.

Pulo do gato: Dados de investigação: fora da LGPD, mas não fora dos seus princípios; empresa privada só em parte, sob tutela pública, nunca a base inteira.

Questão 43 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Regime jurídico dos servidores públicos do Estado do Paraná

Laura, funcionária civil efetiva do Estado do Paraná regida pela Lei Estadual nº 6.174/1970, foi aposentada por invalidez aos 47 anos de idade, quando contava 19 anos de tempo de serviço. Quatro anos depois, nova inspeção de saúde concluiu que os motivos da aposentadoria se tornaram insubsistentes, e a Administração considerou de interesse do serviço o retorno de Laura à atividade, embora ela não tenha formulado pedido nesse sentido.

Nos termos do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná, é correto afirmar que

(A) a reversão depende de pedido de Laura, porque o reingresso do aposentado no serviço público não pode ser imposto pela Administração.

(B) a reversão pode ser feita de ofício, e o tempo em que Laura esteve aposentada será contado em nova aposentadoria, que, salvo por motivo de saúde, exige cinco anos de efetivo exercício.

(C) a reversão pode ser feita de ofício, mas o tempo em que Laura esteve aposentada não será contado em nova aposentadoria, por não corresponder a efetivo exercício.

(D) a reversão é inviável, porque a soma do tempo de serviço e de inatividade de Laura ultrapassa o limite de vinte anos previsto no Estatuto para o reingresso.

(E) Laura deve ser posta em disponibilidade remunerada até que surja cargo vago compatível, quando então será aproveitada no serviço público.

Por que B está correta. Reversão é o reingresso do funcionário aposentado quando insubsistentes os motivos da aposentadoria (art. 114) e se faz de ofício ou a pedido (art. 115). Laura atende aos requisitos do § 1º do art. 115: tem menos de 55 anos, não soma mais de 25 anos de serviço e inatividade (19 + 4 = 23), foi julgada apta e há interesse do serviço. O Estatuto assegura a contagem do tempo em que esteve aposentada em nova aposentadoria (art. 116) e veda nova aposentadoria antes de cinco anos de efetivo exercício, salvo por motivo de saúde (art. 117).

Fundamento: Arts. 114, 115, caput e § 1º, 116 e 117 da Lei Estadual nº 6.174/1970 (PR), conferidos em https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=10297&indice=1&totalRegistros=1.

A O art. 115 prevê expressamente a reversão de ofício.

C O art. 116 manda contar, em nova aposentadoria, o tempo em que o funcionário esteve aposentado.

D O limite do Estatuto é de 25 anos de serviço e inatividade somados; Laura soma 23.

E Disponibilidade e aproveitamento são institutos do funcionário estável cujo cargo foi extinto ou declarado desnecessário; para o aposentado que recupera a capacidade, o instituto é a reversão.

Pulo do gato: Reversão no Estatuto do PR: de ofício ou a pedido, menos de 55 anos e até 25 anos de serviço mais inatividade.

Questão 44 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis

Para adequar a legislação do Estado Gama à Lei nº 14.735/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis), um deputado estadual apresentou à Assembleia Legislativa projeto de lei orgânica da polícia civil. O projeto prevê (1) a criação de unidade especializada no combate à lavagem de dinheiro, com efetivo formado por policiais civis e por auditores fiscais cedidos pela Secretaria da Fazenda; e (2) que o Instituto de Medicina Legal, integrado à estrutura da polícia civil, seja coordenado por perito oficial criminal da área, na ativa e da classe mais elevada.

Considerando a Lei nº 14.735/2023, é correto afirmar que

(A) a iniciativa da lei orgânica cabe ao Governador, a unidade de combate à lavagem de dinheiro deve ter efetivo exclusivamente de policiais civis, e a regra sobre o Instituto é compatível.

(B) a iniciativa da lei orgânica cabe ao Governador, e as duas previsões são compatíveis com as normas gerais, que estimulam a cooperação com outros órgãos.

(C) a iniciativa cabe ao Delegado-Geral de Polícia Civil, e o Instituto de Medicina Legal deve ser coordenado por delegado de polícia da classe mais elevada.

(D) a iniciativa cabe ao Governador, e o Estado não pode legislar sobre a organização de sua polícia civil, matéria esgotada pela lei nacional editada pela União.

(E) a iniciativa parlamentar é válida, pois a lei nacional não reserva a iniciativa da lei orgânica, e as duas previsões do projeto são compatíveis com suas normas gerais.

Por que A está correta. A lei orgânica da polícia civil de cada Estado tem iniciativa do respectivo Governador (art. 3º, caput). O efetivo das unidades especializadas em combate à lavagem de dinheiro e em interceptação de comunicações deve ser composto exclusivamente por policiais civis (art. 12, § 2º). Os Institutos de Criminalística, de Medicina Legal e de Identificação são coordenados por peritos oficiais criminais das respectivas áreas, na ativa e da classe mais elevada (art. 15, § 2º).

Fundamento: Lei nº 14.735/2023, arts. 3º, caput e parágrafo único, 12, § 2º, e 15, § 2º, conferidos em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14735.htm.

B Acerta a iniciativa, mas a unidade de combate à lavagem de dinheiro não pode ter efetivo misto: a lei exige exclusividade de policiais civis.

C A iniciativa é do Governador, e os institutos técnico-científicos são coordenados por peritos oficiais criminais, não por delegados.

D O art. 3º, parágrafo único, permite aos entes legislar de forma suplementar e exercer competência plena nas matérias não disciplinadas pela lei nacional.

E O art. 3º da Lei nº 14.735/2023 atribui ao Governador a iniciativa da lei orgânica estadual; e a composição mista da unidade de lavagem contraria o art. 12, § 2º.

Pulo do gato: Lei orgânica da PC: iniciativa do Governador; lavagem e interceptação, só policial civil; IML, só perito.

Questão 45 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná

Considerando a Lei Complementar estadual nº 259/2023, que dispõe sobre a estruturação das carreiras da Polícia Civil do Paraná, com as alterações da Lei Complementar nº 289/2025, analise as afirmativas a seguir sobre a promoção.

I. O transcurso do interstício mínimo de dois anos de efetivo exercício no nível confere ao policial civil estável direito subjetivo à promoção, desde que haja disponibilidade orçamentária.

II. O policial civil estável lotado há, no mínimo, três anos consecutivos em unidade de difícil provimento, e residente há igual período em município da comarca da unidade, terá o interstício reduzido pela metade, benefício limitado a, no máximo, três níveis na carreira.

III. Não será promovido o policial civil que, na data de abertura do processo de promoção, figure como réu em ação penal, ainda que por infração penal de menor potencial ofensivo.

IV. A penalidade de repreensão impede a promoção apenas se registrada nos assentos funcionais nos noventa dias anteriores à data de abertura do processo de promoção.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Por que C está correta. II reproduz o art. 47-A, caput, I e II, e § 3º, incluídos pela LC nº 289/2025. IV reproduz o art. 60, V: a repreensão impede a promoção se registrada nos 90 dias anteriores à abertura do processo (para a suspensão, o prazo é de dois anos, inciso VI). I está errada: o transcurso do prazo habilita o servidor a pleitear,

mas não confere direito subjetivo (art. 47, parágrafo único). III está errada: o art. 60, IV, exige fatos de excepcional gravidade e veda a exclusão nos casos de infrações de menor potencial ofensivo. Logo, II e IV.

Fundamento: LC estadual (PR) nº 259/2023, art. 47, caput e parágrafo único; art. 47-A, caput, I e II, e § 3º (incluído pela LC nº 289/2025); art. 60, IV e V (inciso V com redação da LC nº 289/2025). Texto conferido em https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=300584&indice=1&totalRegistros=1.

A Reúne as duas falsas: o interstício não gera direito subjetivo, e a infração de menor potencial ofensivo não exclui o policial da promoção.

B Inclui III, que contraria a ressalva expressa do art. 60, IV.

D Inclui I, contrariando o art. 47, parágrafo único.

E Inclui III, incorreta, ao lado das duas corretas.

Pulo do gato: Promoção na PCPR: prazo cumprido não é direito adquirido; réu por crime de menor potencial ofensivo não é excluído.

Direitos Humanos

Questão 46 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Direitos Humanos no Ordenamento Nacional

O Brasil assinou um tratado internacional de direitos humanos. O Presidente da República encaminhou o texto ao Congresso Nacional, que o aprovou por decreto legislativo, em votação por maioria simples, em turno único em cada Casa. O instrumento de ratificação foi depositado junto ao organismo internacional competente, mas, até hoje, não foi editado o decreto presidencial de promulgação. Em ação judicial, Carla invoca diretamente um direito previsto apenas nesse tratado.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a incorporação de tratados de direitos humanos, é correto afirmar que

(A) o tratado já produz efeitos internos desde a ratificação e terá hierarquia de emenda constitucional, por versar sobre direitos humanos.

(B) o tratado ainda não produz efeitos internos, por faltar a promulgação, e, quando promulgado, terá hierarquia de lei ordinária, como os demais tratados.

(C) o tratado ainda não produz efeitos internos, por faltar a promulgação, e, quando promulgado, equivalerá a emenda constitucional, por ter sido aprovado pelas duas Casas.

(D) o tratado produz efeitos internos desde a aprovação pelo decreto legislativo, que dispensa a promulgação, e terá hierarquia supralegal.

(E) o tratado ainda não produz efeitos internos, por faltar a promulgação, e, quando promulgado, terá hierarquia supralegal, por não ter sido aprovado pelo rito especial.

Por que E está correta. Para o STF, a incorporação de tratado é ato complexo: celebração pelo Presidente (art. 84, VIII), aprovação definitiva pelo Congresso por decreto legislativo (art. 49, I), ratificação e promulgação por decreto presidencial, que confere executoriedade ao tratado no plano interno (CR 8.279 AgR). Sem a promulgação, o tratado não pode ser invocado internamente. Promulgado, o tratado de direitos humanos aprovado sem o quórum de três quintos, em dois turnos, em cada Casa (art. 5º, § 3º) tem status supralegal (RE 466.343).

Fundamento: CF, arts. 5º, §§ 2º e 3º, 49, I, e 84, VIII; STF, CR 8.279 AgR (exigência do decreto presidencial de promulgação para a vigência interna); STF, RE 466.343 (status supralegal dos tratados de direitos humanos não aprovados pelo rito do art. 5º, § 3º).

A A ratificação vincula o Estado no plano internacional, mas a eficácia interna depende da promulgação; e a equivalência a emenda exige o rito do art. 5º, § 3º.

B Tratados de direitos humanos não aprovados pelo rito especial não têm status de lei ordinária, mas supralegal, segundo o STF.

C A aprovação pelas duas Casas não basta: a equivalência a emenda exige três quintos dos votos, em dois turnos, em cada Casa.

D O decreto legislativo não dispensa a promulgação por decreto presidencial, exigida pelo STF para a vigência interna.

Pulo do gato: Tratado de direitos humanos: sem decreto de promulgação, não vale aqui; sem 3/5 em dois turnos, é supralegal.

Questão 47 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos: Instituições

Duas associações brasileiras pretendem apresentar petição individual à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com base exclusivamente no Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador), promulgado no Brasil. A primeira alega violação do direito à educação, pelo fechamento arbitrário de escolas públicas por ato do Estado; a segunda alega violação do direito à saúde, pela falta de leitos em hospitais públicos.

Considerando o mecanismo de petições individuais previsto no próprio Protocolo de San Salvador, é correto afirmar que

(A) ambas as alegações podem ser objeto de petição individual, pois o Protocolo submete todos os direitos nele previstos ao sistema de petições da Convenção Americana.

(B) apenas a violação do direito à saúde pode ser levada ao sistema de petições individuais com base no Protocolo, por estar diretamente ligada ao direito à vida.

(C) nenhuma das alegações pode ser objeto de petição individual, pois os direitos sociais do Protocolo são monitorados apenas por relatórios periódicos dos Estados.

(D) apenas a violação do direito à educação pode ser levada ao sistema de petições individuais com base no Protocolo, que o admite só para esse direito e para os direitos sindicais.

(E) ambas as alegações podem ser submetidas diretamente à Corte Interamericana pelas associações, dispensada a atuação prévia da Comissão Interamericana.

Por que D está correta. Pelo art. 19, item 6, do Protocolo de San Salvador, a violação dos direitos sindicais (art. 8º, a) e do direito à educação (art. 13), por ação imputável diretamente a um Estado Parte, pode dar lugar à aplicação do sistema de petições individuais da Convenção Americana, com participação da Comissão e, quando cabível, da Corte. Os demais direitos do Protocolo, como a saúde, são monitorados pelos relatórios periódicos. (Em julgados posteriores, a Corte Interamericana passou a examinar direitos sociais, como a saúde, com base no art. 26 da Convenção Americana; a questão, porém, pergunta pelo mecanismo do próprio Protocolo.)

Fundamento: Protocolo de San Salvador, art. 19, item 6 (direitos dos arts. 8º, a, e 13), promulgado pelo Decreto nº 3.321/1999; Convenção Americana sobre Direitos Humanos, arts. 44 e 61.

A O Protocolo não submete todos os seus direitos ao sistema de petições: o art. 19, item 6, limita-o aos direitos sindicais e à educação.

B Inverte a regra: o direito à saúde não está entre os que o Protocolo submete ao sistema de petições.

C Há exceção expressa ao monitoramento por relatórios: educação e direitos sindicais admitem petição individual.

E Indivíduos e associações não acessam diretamente a Corte; a petição é apresentada à Comissão, que pode submeter o caso à Corte (art. 61 da Convenção).

Pulo do gato: San Salvador: petição individual só para educação e direitos sindicais.

Questão 48 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos: Instrumentos Normativos

Paulo, pessoa surda usuária de Libras, compareceu a uma delegacia para registrar ocorrência de furto. O servidor de plantão recusou-se a adotar qualquer providência para viabilizar a comunicação, como o uso de intérprete por videochamada, oferecido gratuitamente pela rede estadual, ou a troca de mensagens escritas, alegando que a delegacia não tem intérprete em seu quadro e que Paulo deveria voltar acompanhado de um familiar.

À luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, é correto afirmar que

(A) não houve discriminação, porque a Convenção só obriga o Estado a adotar medidas de acessibilidade de forma progressiva, conforme a disponibilidade orçamentária.

(B) não houve discriminação, porque a proteção da Convenção abrange impedimentos de natureza física e mental, mas não os de natureza sensorial.

(C) a recusa só configuraria discriminação se houvesse intenção deliberada de excluir Paulo, sendo irrelevante o efeito da conduta sobre o exercício de seus direitos.

(D) a exigência de que Paulo volte acompanhado de familiar é adaptação razoável, pois viabiliza a comunicação sem gerar custo para o Estado.

(E) a recusa de adaptação razoável, quando a providência não impõe ônus desproporcional ou indevido, configura discriminação por motivo de deficiência.

Por que E está correta. O art. 2º da Convenção define discriminação por motivo de deficiência como qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou o efeito de impedir ou impossibilitar o exercício de direitos, em igualdade de oportunidades, e inclui expressamente a recusa de adaptação razoável. Adaptação razoável são as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido. Intérprete por videochamada gratuito ou mensagens escritas são ajustes de custo mínimo: recusá-los é discriminação.

Fundamento: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), arts. 1º e 2º (conceito de pessoa com deficiência, de discriminação por motivo de deficiência e de adaptação razoável).

A A progressividade alcança certos direitos econômicos, sociais e culturais; a vedação à discriminação e o dever de adaptação razoável têm aplicação imediata, salvo ônus desproporcional.

B O art. 1º da Convenção inclui impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, como a surdez.

C A Convenção considera discriminatória a conduta pelo propósito ou pelo efeito; a intenção deliberada não é exigida.

D Transferir à pessoa com deficiência o ônus de garantir sua própria comunicação não é adaptação razoável; é negar a adaptação.

Pulo do gato: Na CDPD, recusar ajuste razoável já é discriminar, com ou sem intenção.

Ciências Forenses

Questão 49 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2026 · PC-PI · Oficial Investigador · Computação Forense

O estudo das técnicas antivírus é essencial para a formação e atuação de peritos policiais, pois esses mecanismos representam o estágio mais avançado da camuflagem digital utilizada por malwares modernos. Tal compreensão às possibilidades de ataque direto a softwares de segurança permite que o profissional identifique comportamentos anômalos, preserve evidências digitais e reconstrua o vetor de infecção com precisão técnicocientífica — competências indispensáveis nas investigações de crimes cibernéticos e fraudes eletrônicas. Nesse contexto, assinale a opção que apresenta uma técnica de implementação de antivírus.

(A) Antiemulação, na qual o vírus modifica algum endereço de um executável, desviando a execução do programa para outra parte do código, evitando o endereço inicial.

(B) Blindagem antidepuração (armoring), empregando mecanismos de introspecção que permitem a um vírus localizar e eliminar processos de antivírus residentes na memória, incluindo firewalls e editores de registro do sistema, impedindo a inicialização de ferramentas de segurança após o reinício.

(C) Evasão (avoidance), que disponibiliza um conjunto de ferramentas para esconder rastros de invasão de computadores e evitar a detecção.

(D) Retrovírus, que visa especificamente tornar a análise do código malicioso difícil para pesquisadores, recorrendo a técnicas que dificultam tanto a análise dinâmica quanto a estática.

(E) Tunelamento (tunneling), na qual o vírus rastreia o código de funções da API do sistema operacional que utiliza, a fim de garantir que a execução chegue ao destino real e não esteja sendo monitorada; se detectar interceptação, o vírus desvia o controle para burlar o monitoramento.

Por que E está correta. Apesar da redação do comando, as alternativas descrevem técnicas usadas por vírus contra os antivírus. O tunelamento (tunneling) é a técnica em que o vírus rastreia o código das funções da API que utiliza para garantir que a execução chegue ao destino real, sem passar por ganchos de monitoramento instalados por antivírus; se detecta a interceptação, desvia o controle para burlá-la. A descrição está correta.

A Modificar o endereço de execução para desviar o fluxo do ponto de entrada descreve a técnica de ocultação do ponto de entrada (EPO), não a antiemulação.

B Localizar e eliminar processos de antivírus é característica do retrovírus; blindagem (armoring) é dificultar a análise do código.

C Conjunto de ferramentas para esconder rastros de invasão e evitar detecção descreve um rootkit, não a técnica de evasão.

D Dificultar a análise estática e dinâmica do código é a blindagem (armoring); retrovírus é o que ataca diretamente o antivírus.

Pulo do gato: Retrovírus ataca o antivírus; armoring dificulta a análise; tunneling passa por baixo do monitoramento.

Questão 50 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Computação Forense

Ao cumprir mandado de busca e apreensão na residência de investigado por fraudes eletrônicas, a equipe policial, acompanhada de perito, encontrou um computador ligado, com sessão aberta, conexões de rede ativas e um volume criptografado montado e acessível. O perito precisa decidir como preservar os vestígios digitais para garantir sua integridade e o maior aproveitamento possível das informações.

Segundo as boas práticas de computação forense, a conduta tecnicamente mais adequada é

(A) desligar imediatamente o computador, retirando-o da tomada, para congelar o estado do sistema, e depois espelhar o disco com bloqueador de escrita.

(B) abrir os arquivos de interesse diretamente no computador do investigado, para evitar que o processo de cópia altere o conteúdo original.

(C) coletar primeiro os dados mais voláteis, como a memória RAM e as conexões ativas, e só depois o armazenamento persistente, documentando tudo e calculando o hash das cópias.

(D) copiar apenas os arquivos visíveis do volume criptografado para mídia externa e calcular o hash depois, já no laboratório, para fins de cadeia de custódia.

(E) aplicar função hash sobre a memória RAM para criptografá-la, impedindo que terceiros acessem seu conteúdo antes da perícia em laboratório.

Por que C está correta. Com o equipamento ligado, a coleta segue a ordem de volatilidade: primeiro o que se perde com o desligamento (memória RAM, processos, conexões de rede, chaves de volumes criptografados montados), depois o armazenamento persistente. Cada aquisição é documentada e tem seu hash calculado no momento da coleta, para permitir verificar a integridade das cópias ao longo da cadeia de custódia.

Fundamento: Ordem de volatilidade na coleta de evidências digitais (RFC 3227 da IETF; ABNT NBR ISO/IEC 27037); arts. 158-A a 158-F do CPP (cadeia de custódia).

A Desligar de imediato pode ser aceitável em outros cenários, mas aqui destrói a memória RAM e as conexões e pode tornar inacessível o volume criptografado montado.

B Manipular o original altera metadados e compromete a integridade; a análise deve ser feita sobre cópias forenses.

D Copiar só arquivos visíveis perde dados relevantes, e o hash deve ser calculado na aquisição, não depois, para atestar a correspondência com o original.

E Hash não criptografa: é um resumo matemático usado para verificar integridade, sem impedir o acesso ao conteúdo.

Pulo do gato: Máquina ligada: colete do mais volátil para o menos volátil e registre o hash de tudo na hora.